PLANO DE GESTÃO FLORESTAL



ZONA DE INTERVENÇÃO FLORESTAL

RIBEIRA DE LAVRE 260



"O PGF é um instrumento de administração de espaços florestais que, de acordo com as orientações definidas no PROF, determina, no espaço e no tempo, as intervenções de natureza cultural e de exploração dos recursos, visando a produção sustentada dos bens e serviços por eles proporcionado e tendo em conta as atividades e os usos dos espaços envolventes."

	FICHA TÉCNICA		
TÍTULO	PLANO DE GESTÃO FLORESTAL ZIF DA RIBEIRA DE LAVRE		
DATA	junho de 2024	Validade	dezembro de 2040
IDENTIFICAÇÃO ZIF	ZIF № 260 – Ribeira de Lavre		
ENTIDADE GESTORA	APFC Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limítrofes Rua 5 de Outubro, n.8 2100-127 Coruche Telefone: 243 617 473 e-mail: apfc@apfc.pt		
ELABORAÇÃO: PGF E CARTOGRAFIA	Teresa Maria Afonso, Eng.ª Agrícola,	Mestre em Georr	ecursos, IST.
ASSINATURA ENTIDADE GESTORA (REPRESENTANTE)			
ASSINATURA MESA DE ASSEMBLEIA GERAL (REPRESENTANTE)			

FICHA DE ALTERAÇÕES		
DATA	ALTERAÇÕES	
	DATA	

INDICE GERAL

B. DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO 7 1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE GESTORA 7 2 ENQUADRAMENTO TERRITORIAL 7 3 ENQUADRAMENTO LEGAL 8 3.1 PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL 9 3.2 PLANO DIRETOR MUNICIPAL 10 4 ESPAÇOS FLORESTAIS 11 4.1 IDENTIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS FLORESTAIS 11 4.2 OCUPAÇÃO FLORESTAL 11
2 ENQUADRAMENTO TERRITORIAL 7 3 ENQUADRAMENTO LEGAL 8 3.1 PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL 9 3.2 PLANO DIRETOR MUNICIPAL 10 4 ESPAÇOS FLORESTAIS 11 4.1 IDENTIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS FLORESTAIS 11
3 ENQUADRAMENTO LEGAL
3.1 PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL 9 3.2 PLANO DIRETOR MUNICIPAL 10 4 ESPAÇOS FLORESTAIS 11 4.1 IDENTIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS FLORESTAIS 11
3.2 PLANO DIRETOR MUNICIPAL 10 4 ESPAÇOS FLORESTAIS 11 4.1 IDENTIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS FLORESTAIS 11
4 ESPAÇOS FLORESTAIS
4.1 IDENTIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS FLORESTAIS
4.2 OCOT AÇÃO TEORESTAE
4.3 CORREDOR ECOLÓGICO
5 CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA
5.1 CLIMA
5.2 CARACTERIZAÇÃO MORFOLÓGICA
5.2.1. OROGRAFIA E HIDROGRAFIA
5.3 SOLOS e LITOLOGIA
5.4 VEGETAÇÃO/APTIDÃO FLORESTAL
6 ORDENAMENTO
6.1 FUNCIONALIDADE PRODUÇÃO
6.1.1 CORTICA
6.1.2 PINHA
6.1.3 MADEIRA
6.2 FUNCIONALIDADE SILVOPASTORÍCIA E CAÇA
6.3 FUNCIONALIDADE PROTEÇÃO
6.4 FUNCIONALIDADE CONSENVAÇÃO DE HABITAT, ESPÉCIES DE FAUNA E FLORA E DE GEOMONUMENTOS 24
C. PLANEAMENTO DA GESTÃO FLORESTAI
7 ANÁLISE SWOT
8 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PARA A ZIF
9 PROGRAMAS DE GESTÃO
9.1 PROGRAMA DE OPERAÇÕES SILVÍCOLAS MÍNIMAS
9.2 PROGRAMA DE GESTÃO DE RECURSOS NÃO LENHOSOS E SERVIÇOS ASSOCIADOS
9.2.1 SOBREIRO
9.2.2 AZINHEIRA
9.2.3 PINHEIRO MANSO
9.3 PROGRAMA DE GESTÃO DA PRODUÇÃO LENHOSA41
9.3.1 PINHEIRO BRAVO
9.3.2 EUCALIPTO
9.4 PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DO SOLO E GESTÃO DA BIODIVERSIDADE
9.4.1 BIODIVERSIDADE
9.4.2 CONSERVAÇÃO DO SOLO
9.4.3 DEFINIÇÃO DE ZONAS SENSÍVEIS
9.5 PROGRAMA DE INFRASETRUTURAS
9.6 TABELA SÍNTESE
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS
D. ANEXO CARTOGRÁFICO
E. ANEXO

INDICE DE QUADROS	
QUADRO 1 - CONTACTOS DA ENTIDADE GESTORA	7
QUADRO 2 - INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO DE HIERARQUIA SUPERIOR	
QUADRO 3 - CONDICIONANTES DO PDM DE MONTEMOR-O-NOVO	
QUADRO 4 - USO DO SOLO (fonte: COS 2018)	
QUADRO 5 - ÁREA DE OCUPAÇÃO POR ESTRATOS FLORESTAIS	12
QUADRO 6 - PERCENTAGEM DE OCUPAÇÃO POR ESTRATOS FLORESTAIS EM CORREDOR ECOLÓGICO	
QUADRO 7 - VARIÁVEIS CARACTERIZADORAS DO CLIMA	
QUADRO 7 - VARIAVEIS CARACTERIZADORAS DO CLIMA	
QUADRO 9 - ANÁLISE ECOLÓGICA DO HABITAT MONTADO DE SOBRO E AZINHO	
QUADRO 10 - ANÁLISE ECOLÓGICA DO HABITAT PINHEIRO MANSO	
QUADRO 11 - ANÁLISE ECOLÓGICA DO HABITAT EUCALIPTO E/ OU PINHEIRO BRAVO	
QUADRO 12 - ANÁLISE ECOLÓGICA DO HABITAT PRADOS DE SEQUEIRO	
QUADRO 13 - ANÁLISE ECOLÓGICA DO HABITAT VÁRZEAS	
QUADRO 14 – ANÁLISE ECOLÓGICA DO HABITAT LINHAS DE ÁGUA E FAIXAS DE PROTEÇÃO	29
QUADRO 15 - ANÁLISE ECOLÓGICA DO HABITAT CORPOS DE ÁGUA	30
QUADRO 16 - ANÁLISE ECOLÓGICA DO HABITAT SALGUEIRAL E/OU AMIAL	31
QUADRO 17 - MATRIZ DE ANÁLISE SWOT	32
QUADRO 18 - ANÁLISE SWOT	
QUADRO 19 – PROPOSTAS DE GESTÃO	
QUADRO 20 - OPERAÇÕES SILVICOLAS MÍNIMAS	
QUADRO 21 - POVOAMENTOS DE SOBREIRO – MODELO DE GESTÃO	
QUADRO 22 – POVOAMENTOS DE SOBREIRO EM PLENA PRODUÇÃO – MODELO DE GESTÃO	
QUADRO 23 - POVOAMENTOS PUROS DE AZINHEIRA – MODELO DE GESTÃO	
QUADRO 24 - POVOAMENTOS PUROS E MISTOS DOMINANTES DE PINHEIRO MANSO	
QUADRO 25 - POVOAMENTOS PUROS E MISTOS DOMINANTES DE PINHEIRO MANSO	
QUADRO 26 - POVOAMENTOS PUROS OU MISTOS DOMINANTES DE PINHEIRO BRAVO	
QUADRO 27 - POVOAMENTOS PUROS DE REGENERAÇÃO NATURAL DE PINHEIRO BRAVO – LIMPEZAS	
QUADRO 28 - OPÇÕES DE GESTÃO PARA POVOAMENTOS DE EUCALIPTO	
QUADRO 29 – OPÇÕES DE GESTÃO PARA POVOAMENTOS DE EUCALIPTO	
QUADRO 30 – BOAS PRÁTICAS PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E SERVIÇOS DO ECOSSISTEMA	
QUADRO 31 – MEDIDAS DE GESTÃO PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E SERVIÇOS DO ECOSSISTEMA	44
QUADRO 32 – MEDIDAS DE GESTÃO PARA REDUÇÃO DO RISCO DE EROSÃO	47
QUADRO 33 – CARGA COMBUSTÍVEL	48
QUADRO 34 – TABELA SÍNTESE DE GESTÃO FLORESTAL	51
INDICE DE FIGURAS	
FIGURA 1 - GESTÃO INTEGRADA	E
FIGURA 2 - ENQUADRAMENTO EM PROF (SRH E CE)	
FIGURA 3 - ESTRATOS FLORESTAIS	
FIGURA 4 – ESTRATOS FLORESTAIS – PERCENTAGEM	
FIGURA 5 - DISTRIBUIÇÃO DO USO/ESTRATO EM CORREDOR ECOLÓGICO	
FIGURA 6 - DECLIVES	
FIGURA 7 - EXPOSIÇÃO	
FIGURA 8 – LITOLOGIA (Atlas Ambiente)	
FIGURA 9 – APTIDÃO FLORESTAL PARA A ESPÉCIE SOBREIRO	
FIGURA 10 – APTIDÃO FLORESTAL PARA A ESPÉCIE AZINHEIRA	18

ABREVIATURAS

- CR Criticamente em perigo (em inglês, Critically Endangered)
- EN Em perigo (em inglês, Endangered)
- ICNF Instituto da conservação da natureza e florestas
- IUCN União internacional para Conservação da natureza e dos recursos naturais
- PDM Plano diretor municipal
- PGF Plano de gestão florestal
- PMDFCI Programa municipal de defesa da floresta contra incêndios
 - PROF Programa regional de ordenamento florestal
 - SPI subparcelas de intervenção
 - ZIF Zona de intervenção florestal

A. INTRODUÇÃO

O presente Plano de Gestão Florestal (PGF) foi elaborado para a ZIF da Ribeira de Lavre, constituída a 9 de setembro de 2021 por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas. As principais espécies florestais existentes são o sobreiro, a azinheira, o pinheiro bravo, o pinheiro manso e o eucalipto. A ocupação humana está concentrada em alguns aglomerados populacionais e dispersa ao nível da propriedade na restante área da ZIF.

Os Planos de Gestão Florestal são instrumentos de ordenamento florestal, com subordinação aos planos regionais de ordenamento florestal (PROF). Regulam, no tempo e no espaço, as intervenções de natureza cultural e/ ou de exploração que visam a produção sustentada de bens ou serviços originados em espaços florestais, determinada por motivações de natureza económica, social e ambiental.

Os principais objetivos de gestão numa Zona de Intervenção Florestal (ZIF) estão relacionados com a gestão integrada com vista à manutenção da produtividade do sistema florestal. A estratégia para atingir estes objetivos passa por garantir uma floresta mais resiliente, onde os fatores Clima x Solo x Espécie interagem. A intervenção humana, através da gestão e do uso múltiplo, deve potenciar a utilização do sistema com ganhos de produtividade no médio/longo prazo.



A gestão praticada deve assegurar a par da produtividade, uma boa vitalidade das florestas, tornando-as mais resistentes a fenómenos climáticos extremos, conservando o solo e a água e os outros valores naturais associados às áreas florestais, nomeadamente a biodiversidade.

A elaboração deste plano de cariz regional, ao nível da bacia hidrográfica, tem por base a expectativa de que em grupo se alcançam mais eficazmente parte dos objetivos estabelecidos, nomeadamente em termos de Defesa da Floresta Contra Incêndios e Proteção contra Pragas e Doenças.

Este plano através da caraterização da floresta existente, sua evolução histórica e situação atual, e da análise das condições edafoclimáticas e sua relação com o sistema florestal, visa dotar a ZIF da Ribeira de Lavre das ferramentas de gestão mais atuais para atingir os seguintes objetivos:

- 1. Proteger a floresta contra incêndios, pragas e doenças florestais
- 2. Conhecer e proteger os valores naturais dos ecossistemas existentes
- 3. Delinear modelos de gestão que articulem as principais funcionalidades: Produção, Silvopastorícia /Caça e Proteção.
- 4. Garantir a monitorização futura destes espaços florestais

De acordo com o DL n.º 16/2009 de 14 de janeiro, republicado pelo DL nº65/2017 de 12 de junho e com as Normas Técnicas de Elaboração dos Planos de Gestão Florestal publicadas pela Autoridade Florestal Nacional (AFN) em junho de 2009, o Plano de Gestão Florestal que se apresenta compreende três componentes principais:

- Documento de avaliação constituído por um diagnóstico da situação atual e o respetivo enquadramento territorial e social;
- Planeamento da gestão florestal constituído pelos modelos de exploração de recursos não lenhosos e da produção lenhosa, bem como dos serviços associados no curto e longo prazo;
- Cartografia de enquadramento da ZIF da Ribeira de Lavre e de delineamento das operações florestais.

B. DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE GESTORA

QUADRO 1 - CONTACTOS DA ENTIDADE GESTORA

Associação de Produtores Florestais de Coruche	
Morada	Rua 5 de Outubro n.º 8, 2100-127 Coruche
Telefone	243617473
E-mail apfc@apfc.pt	

2 ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

A ZIF da Ribeira de Lavre localiza-se na região do Alentejo e ocupa uma área de 19.710 ha, na qual 72% corresponde a áreas florestais, sendo a propriedade totalmente privada.

A ZIF da Ribeira de Lavre abrange 19.710,36ha e está inserida nas NUT III – Alentejo Central, distrito de Évora, concelho de Montemor-o-Novo e nas freguesias do Ciborro (23% da área total), Foros de Vale de Figueira (28%) e UF Cortiçadas de Lavre e Lavre (49%) (ver delimitação territorial referenciada à carta militar 1:25.000), sendo abrangida pelo PROF do Alentejo. Esta ZIF engloba mais de 200 produtores florestais e 942 prédios rústicos, distribuídos pelas freguesias do Ciborro (8%), Foros de Vale de Figueira (28%) e Cortiçadas de Lavre e Lavre (64%).

Inserida sobre as cartas militares 421, 422, 435 e 436, conforme cartografía em anexo no Mapa 1.1 – Delimitação da área aderente sobre carta militar.

Toda a área da ZIF se encontra na sub-região homogénea (SRH) dos Montados do Alentejo Central.

A área aderente atual corresponde a 56% da área florestal da ZIF da Ribeira de Lavre.

3 ENQUADRAMENTO LEGAL

A ZIF foi criada a 9 de setembro de 2021 por deliberação do conselho diretivo do ICNF e encontra-se abrangida pelos seguintes instrumentos de planeamento de hierarquia superior:

QUADRO 2 - INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO DE HIERARQUIA SUPERIOR

INSTRUMENTO	DESIGNAÇÃO	ESTADO	LEGISLAÇÃO
PROF	Alentejo	Aprovado	Portaria nº54/2019 de 11 de fevereiro
PMDFCI	Ciborro Foros de Vale de Figueira UF de Cortiçadas de Lavre e Lavre	Aprovado	-
PDM	Montemor-o-Novo	Aprovado	RCM n.º 111/2000 de 24 de Agosto
РВН -Тејо	Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Tejo	Disponível	DR n.º 18/2001 de 7 de dezembro

Com base na informação disponível, foram cartografados os sítios de interesse arqueológico identificados nos instrumentos de planeamento acima listados, no Mapa 1.2 – Implantação sobre Carta Militar, Sítios arqueológicos (ver anexo II).

3.1 PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL

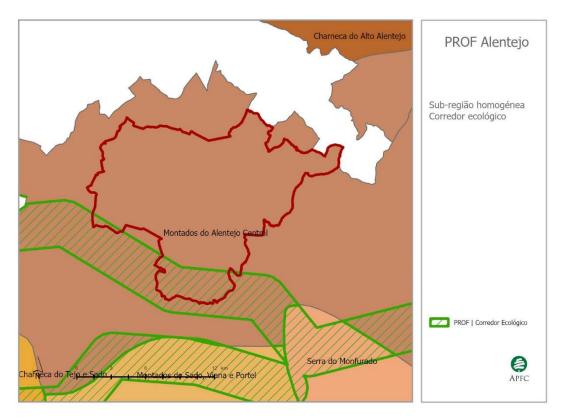


FIGURA 2 - ENQUADRAMENTO EM PROF (SRH E CE)

A ZIF da Ribeira de Lavre, encontra-se abrangida pelo Programa Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Alentejo e da sub-região homogénea Montados do Alentejo Central. Esta sub-região é caracterizada por uma extensa área florestal dominada por sobreiro, azinheira, pinheiro bravo, pinheiro manso e eucalipto. As funcionalidades a ter em conta nesta sub-região homogénea, com igual nível de prioridade são:

Função geral de Produção, visa a contribuição dos espaços florestais para o bem-estar material das sociedades rurais e urbanas. Esta função geral subdivide-se em subfunções gerais, como são a produção de madeira, a produção de cortiça e a produção de frutos e sementes.

Função geral de proteção, cujo objetivo é a contribuição dos espaços florestais para a manutenção das geocenoses e das infraestruturas antrópicas. Subdivide-se em 8 subfunções gerais, nas quais a ZIF se enquadra ao nível da proteção da rede hidrográfica, recuperação de solos degradados, e mitigação das alterações climáticas.

Função geral de Silvopastorícia, Caça e Pesca nas Águas Interiores, que se entende como a contribuição dos espaços florestais para o desenvolvimento da caça, pesca e pastorícia. Enquadrando a ZIF nas subfunções gerais são aplicáveis, o suporte à caça e conservação das espécies cinegéticas e o suporte à apicultura.

3.2 PLANO DIRETOR MUNICIPAL

As áreas florestais sobre as quais incide o atual PGF enquadram-se nos seguintes espaços constantes do Plano Diretor Municipal de Montemor-o-Novo.

QUADRO 3 - CONDICIONANTES DO PDM DE MONTEMOR-O-NOVO

CLASSIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	CONDICIONANTES
REN	Reserva ecológica nacional	 Ações de destruição do revestimento vegetal, do relevo natural e das camadas de solo arável, a menos que justificadas pela exploração agrícola ou aquícola; Derrube de árvores em maciço e não integrado em práticas normais de exploração florestal; Instalação de depósitos de sucata, resíduos sólidos, combustíveis sólidos, líquidos ou gasosos e de veículos.
RAN	Reserva agrícola nacional (DL nº73/2009 de 31 de março)	 São proibidas todas as ações que diminuam ou destruam as suas potencialidades agrícolas; É uma restrição de utilidade pública à qual se aplica um regime territorial especial, que estabelece um conjunto de condicionamentos à utilização não agrícola do solo.
ESPAÇOS FLORESTAIS	Montados de sobro e azinho	 DL n.º 169/2001 (alterado pelo DL n.º 155/2004) Interdita a instalação de depósitos de sucata, de ferro-velho, de resíduos sólidos, de combustíveis sólidos, líquidos ou gasosos e de adubos e agroquímicos Interdita a plantação ou replantação de espécies florestais de rápido crescimento de acordo com a legislação em vigor Proibida qualquer operação de loteamento urbano
	Outras áreas com aptidão florestal	 São proibidas as práticas de destruição do relevo natural e das camadas de solo arável, desde que não integradas em ações normais de exploração agrícola ou florestal Proibida qualquer operação de loteamento urbano
MARCOS GEODÉSICOS		 Deve ser mantida uma faixa de proteção com pelo menos 15m de raio circunjacente aos marcos geodésicos, na qual estão condicionadas ações de plantação, construção e outras obras que impeçam a visibilidade das direções de triangulação.
PERÍMETRO DE REGA FREIXEIRINHA LAVRE		 Sem prejuízo da legislação em vigor, é estabelecida uma faixa de proteção com largura mínima de 5 m ao longo dos canais de rega, sem prejuízo das instalações de apoio do perímetro de rega do aproveitamento hidroagrícola da Freixeirinha.
PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO		 As obras em imóveis classificados, respetivas áreas de proteção e núcleos históricos, que envolvam o revolvimento ou a remoção de terras devem ser precedidas de parecer de um arqueólogo.
POSTO DE VIGIA		 A construção de novas infraestruturas não pode colocar em causa a visibilidade do posto de vigia.

A área abrangida pela Reserva Ecológica Nacional e pelo Corredor Ecológico definido no PROF encontrase cartografada no Mapa 10 — Condicionantes: Corredor Ecológico, Reserva Ecológica Nacional e Perímetro de Rega.

4 ESPAÇOS FLORESTAIS

4.1 IDENTIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS FLORESTAIS

A caracterização dos espaços florestais sobre os quais incide o PGF foi definida com base na Carta de Ocupação do Solo.

QUADRO 4 - USO DO SOLO (fonte: COS 2018)

USO DO SOLO	ÁREA (HA)	%
Florestal	13.996	71
Galeria ripícola	245	1
Agrícola	3.413	17
Prado	1.486	8
Espelho de água	334	2
Social	237	1

A ZIF caracteriza-se por ter uma floresta dominante de Sobreiro e azinheira em povoamento puro e misto e onde dominam os sistemas mais abertos, agroflorestais onde a exploração florestal surge associada ao pastoreio.

4.2 OCUPAÇÃO FLORESTAL

A área florestal da ZIF, baseada na Carta de Ocupação (COS2018) foi classificada em 9 estratos florestais. O sobreiro e azinheira são as espécies dominantes, surgindo em povoamentos puros ou Mistos, com preponderância dos sistemas agroflorestais (Mapa 8 - Estratos Florestais; Figura 3).

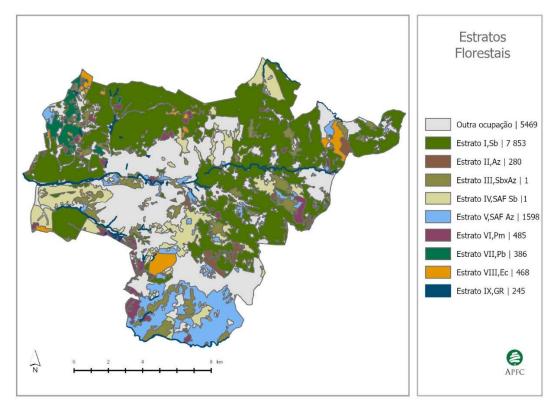


FIGURA 3 - ESTRATOS FLORESTAIS

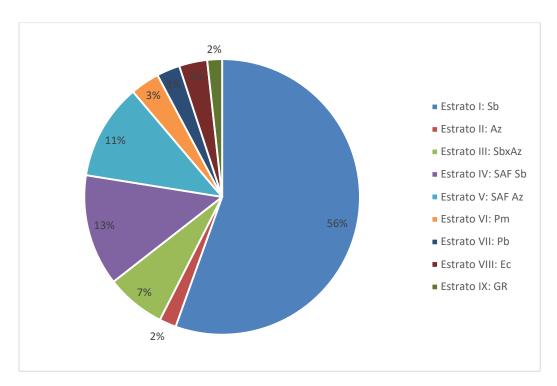


FIGURA 4 – ESTRATOS FLORESTAIS – PERCENTAGEM

QUADRO 5 - ÁREA DE OCUPAÇÃO POR ESTRATOS FLORESTAIS

ESTRATO	DESCRIÇÃO	ÁREA (ha)
I	Sb: Povoamento puro de Sobreiro	7 853
II	Az: Povoamento puro de Azinheira	280
III	SbxAz: Povoamento de Misto de Sobreiro e Azinheira	1 077
IV	SAF Sb: Sistema agroflorestal em montado de sobro	1 849
V	SAF Az: Sistema agroflorestal em montado de azinho	1 598
VI	Pm: Povoamento puro de Pinheiro manso	485
VII	Pb: Povoamento puro de Pinheiro bravo	386
VIII	Ec: Povoamento puro de Eucalipto	468
IX	GR: Galeria ripícola	245

4.3 CORREDOR ECOLÓGICO

Na área correspondente ao Corredor Ecológico os estratos dominantes são o estrato III e V, seguindo-se uso não florestal.

QUADRO 6 - PERCENTAGEM DE OCUPAÇÃO POR ESTRATOS FLORESTAIS EM CORREDOR ECOLÓGICO

ESTRATO	DESCRIÇÃO	%
I	Sb: Povoamento puro de Sobreiro	2,81
II	Az: Povoamento puro de Azinheira	0,5
III	SbxAz: Povoamento de Misto de Sobreiro e Azinheira	14,05
IV	SAF Sb: Sistema agroflorestal em montado de sobro	8,28
V	SAF Az: Sistema agroflorestal em montado de azinho	52,46
VI	Pm: Povoamento puro de Pinheiro manso	6,94
VII	Pb: Povoamento puro de Pinheiro bravo	0,08
VIII	Ec: Povoamento puro de Eucalipto	1,14
IX	GR: Galeria ripícola	1,71
	Outra ocupação	12,03

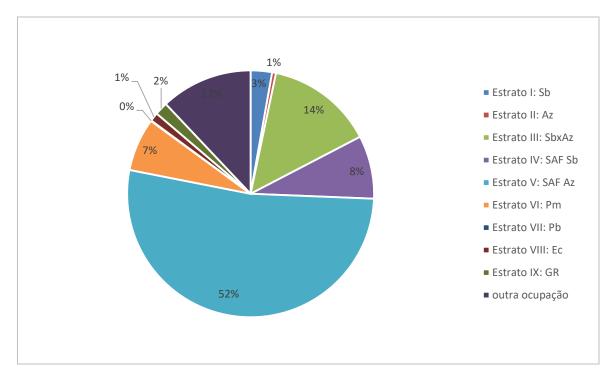


FIGURA 5 - DISTRIBUIÇÃO DO USO/ESTRATO EM CORREDOR ECOLÓGICO

5 CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA

Na ausência de intervenção humana a paisagem é condicionada pelos fatores edafoclimáticos, os quais determinam a distribuição da flora e da fauna. Os parâmetros aqui analisados são os que condicionam a atividade florestal ao nível da qualidade da estação ou nas práticas culturais a implementar.

5.1 CLIMA

Ao nível climatológico podem-se utilizar como elementos caracterizadores da situação os valores registados nas estações de Montemor-o-Novo, Santiago do Escoural e Évora/Mitra. Assim, foram estudados os seguintes elementos:

QUADRO 7 - VARIÁVEIS CARACTERIZADORAS DO CLIMA

R*	(mm)	Т	**(⁰ C)
Média anual	620 -708	Média / mês mais quente	23,1
Média estival (julho/setembro)	13,6 -18,8	Média / mês mais frio	8,6

^{*}Precipitação - Posto udométrico de Montemor e Santiago do Escoural - período 1980/2005

5.2 CARACTERIZAÇÃO MORFOLÓGICA

5.2.1. OROGRAFIA E HIDROGRAFIA

Na ZIF da Ribeira de Lavre o relevo é suave, com declive dominante inferior a 5%. A sua delimitação territorial é envolvida por 3 linhas de água principais que determinam a sua orografia, a norte a ribeira das Barrosas, a ribeira de Lavre na zona central e a sul pelo rio Almansor, sendo estas que definem 3 zonas de maior declive na envolvente das respetivas bacias e leitos de cheia, visíveis no Mapa 3- Modelo Digital do Terreno e Figura 4 - Exposição.

A ZIF da Ribeira de Lavre encontra-se inserida na bacia Hidrográfica do Rio Tejo, sub-bacia do Divor. A totalidade da área da ZIF sobrepõe-se ao maior aquífero da Península Ibérica denominado Bacia do Tejo-Sado.

A manutenção de um adequado coberto florestal assegura a recarga do aquífero, na medida em que favorece a infiltração e minimiza os fenómenos de erosão hídrica, os quais se concentram nas vertentes das linhas de água, em zonas de declive mais acentuado e textura ligeira.

Os **declives** existentes acarretam pontualmente condicionantes à atividade florestal e à condução dos povoamentos e exploração dos mesmos. Os declives mais elevados estão essencialmente localizados nas áreas florestais.

A altitude varia entre os 76 m e os 214 m. A classe altimétrica mais representativa é dos 98 aos 183 m.

^{**} Temperatura - Estação Évora/Mitra - período 1951/1980

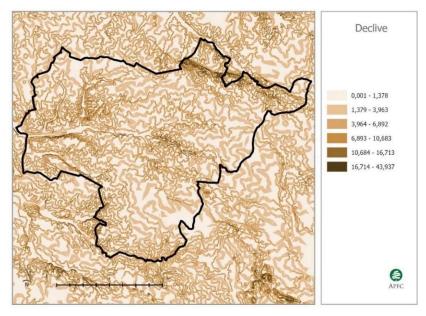


FIGURA 6 - DECLIVES

A área sem **exposição** domina tanto na ocupação agrícola como florestal verificando-se uma dominância da exposição Sul/SE a norte da ribeira de Lavre e N/NO a sul.

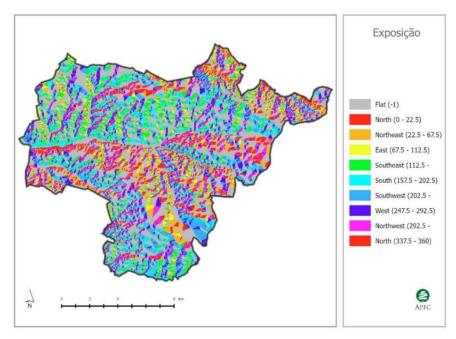


FIGURA 7 - EXPOSIÇÃO

5.3 SOLOS e LITOLOGIA

Verifica-se a presença de formações sedimentares do Mio-Pliocénico e do Paleogénico-Miocénicos formados por arenitos, calcários mais ou menos margosos, areias, cascalheiras e argilas e por cascalheiras de planalto, arcoses da beira baixa, arenitos e calcários; formações sedimentares e metamórficas do Silúrico e Ordovício formados por xistos e grauvaques. A carta litológica refere ainda a existência de rochas eruptivas plutónicas formadas (granitos e rochas afins). São estas as grandes distinções litológicas presentes na Carta de Solos que definem a transição do miocénico para a Meseta ibérica com diferenças ao nível da vegetabilidade das espécies.

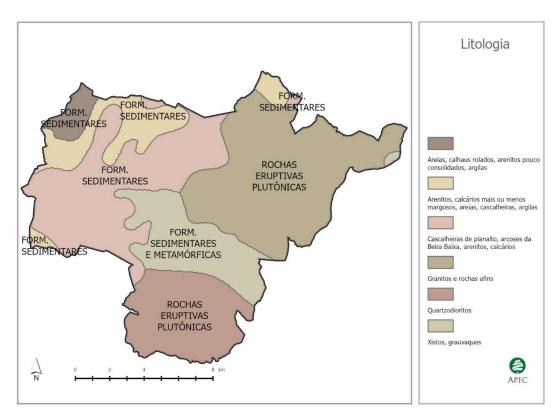


FIGURA 8 - LITOLOGIA (Atlas Ambiente)

Os solos cartografados na Carta de solos (CNROA/SROA) no Mapa XX distinguem-se pelo material originário e os mais frequentes, sob o uso florestal são os seguintes:

- Vt Litólicos, Não Húmicos, Pouco Insaturados Normais, de arenitos grosseiros.
- Pg Solos Litólicos, Não Húmicos Pouco Insaturados, Normais, de granitos e em complexo associado a afloramentos rochosos de granitos ou quartzodioritos.
- Pmg(d) Solos Argiluviados Pouco Insaturados Solos Mediterrâneos, Pardos, de Materiais Não Calcários, Normais, de quartzodioritos.
- Pgm(d) Solos Litólicos, Não Húmicos, Pouco Insaturados, Normais, de granitos em transição para quartzodioritos.
- Pm -Solos Argiluviados Pouco Insaturados Solos Mediterrâneos, Pardos, de Materiais Não Calcários, Para-Barros, de dioritos ou quartzodioritos ou rochas microfaneríticas ou cristalofílicas afins

Tratam-se de solos ácidos, pobres em matéria orgânica, e com fraca capacidade de retenção de água, os quais associados a regimes hídricos desfavoráveis acentuam o déficit hídrico estival.

5.4 VEGETAÇÃO/APTIDÃO FLORESTAL

Relativamente às regiões fitoclimáticas, e de acordo com a carta ecológica definida por Pina Manique e Albuquerque, esta ZIF insere-se na zona *Submediterrânea*¹ (SM) e na zona *Submediterrânea* x Ibero-mediterrânea (SM.IM), no andar *Basal*, ou seja, abaixo dos 400m de altitude. É predominantemente a região do sobreiro e da azinheira, mas onde também o pinheiro bravo reúne boas condições de crescimento, tal como o pinheiro manso, nas condições de mais elevada humidade atmosférica.

A principal série de vegetação na região, que expressa a evolução natural da vegetação desde as herbáceas até à etapa clímax de folhosas, é a série climatófila e edafoxerófila lusitano-andalusa litoral termomediterrânea seco – subhúmida psamófila do "sobreiro" (*Quercus suber*): *Oleo sylvestris-Querco suberis S*.

Aqui o sobreiro é o cabeça de série (etapa clímax) surgindo o medronhal como 1ª etapa de substituição, seguido dos urzais/ tojais, ou em horizontes com surraipa o urzal/esteval ou um nano urzal, enquanto nos solos arenosos sem este horizonte ferruginoso surge um tojal. Como etapa de maior degradação ocorre um arrelvado vivaz.

As espécies a privilegiar na SRH Montados do Alentejo Central, são:

QUADRO 8 - ESPÉCIES A PRIVILEGIAR NA SRH MONTADOS DO ALENTEJO CENTRAL

GRUPO I	GRUPO II
Azinheira (Quercus rotundifolia)	Alfarrobeira (Ceratonia siliqua)
Medronheiro (Arbutus unedo)	Carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q</i> faginea subsp. broteroi)
Pinheiro-de-alepo (Pinus halepensis)	Carvalho-negral (Quercus pyrenaica)
Pinheiro-manso (Pinus pinea)	Cipreste-comum (Cupressus sempervirens)
Sobreiro (Quercus suber)	Cipreste-da-califórnia (Cupressus macrocarpa)
Ripícolas ²	Eucalipto (Eucalyptus spp.)
	Nogueira (Juglans, ssp.)
	Pinheiro-bravo (Pinus pinaster)

A reclassificação dos solos presentes face à influência que exercem na vegetabilidade das espécies florestais define a Carta de Características Diagnóstico que uma vez classificada, recorrendo à metodologia de Ferreira *et al.*, 2021 associada à carta ecológica (Albuquerque, 1954), permite a classificação da aptidão florestal por espécie em 4 classes:

- Classe 1 acima da referência
- Classe 2 referência
- Classe 3 abaixo da referência
- Outra zonas improdutivas

¹ Pólo de influência climática é o mediterrâneo, com invernos amenos e verões secos

² Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV - programa regional de ordenamento florestal – Alentejo - capítulo documento estratégico

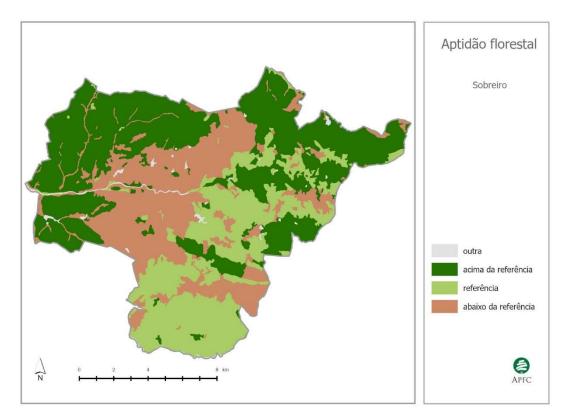


FIGURA 9 — APTIDÃO FLORESTAL PARA A ESPÉCIE SOBREIRO

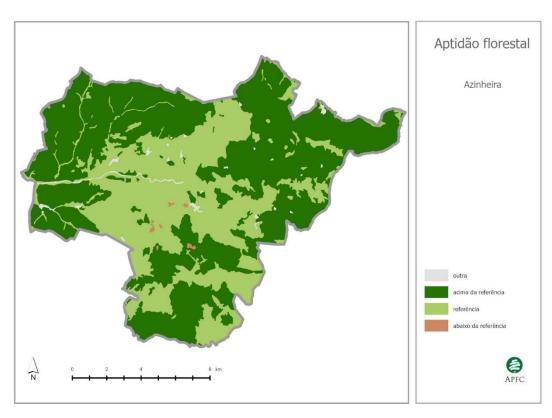


FIGURA 10 – APTIDÃO FLORESTAL PARA A ESPÉCIE AZINHEIRA

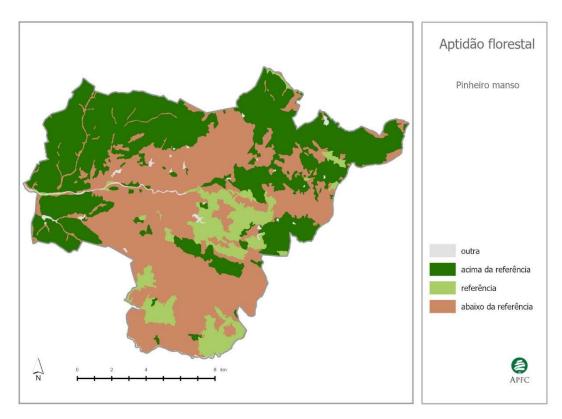


FIGURA 11 — APTIDÃO FLORESTAL PARA A ESPÉCIE PINHEIRO MANSO

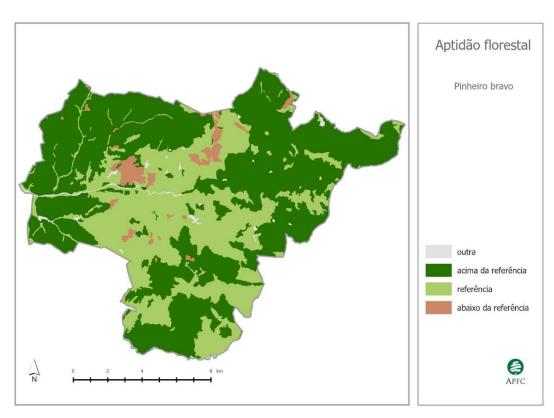


FIGURA 12 – APTIDÃO FLORESTAL PARA A ESPÉCIE PINHEIRO BRAVO

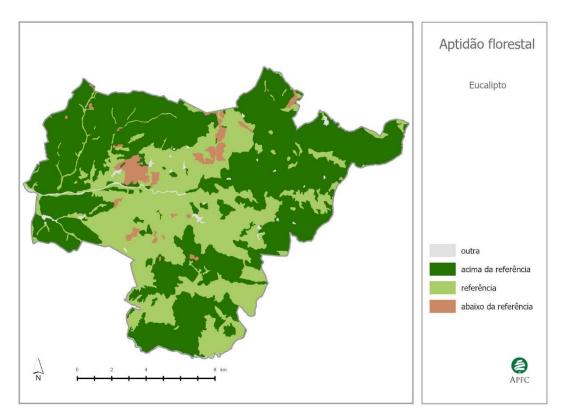


FIGURA 13 — APTIDÃO FLORESTAL PARA A ESPÉCIE EUCALIPTO

As distribuições das classes de aptidão das diferentes espécies revelam a boa adaptação das espécies /estratos representados na ZIF, pois a mancha central que que aparece definida na classe *abaixo da referência* para as espécies pinheiro manso e sobreiro e referência para as restantes, corresponde na sua maioria a área agrícola e prado, correspondendo a zonas com problemas de drenagem que podem limitar a vegetabilidade das espécies florestais. A carta ecológica que define 2 zonas IM.SM e IM, para as características-diagnóstico presentes na área da ZIF não constituem um fator diferenciador na aptidão para as espécies presentes.

6 ORDENAMENTO

6.1 FUNCIONALIDADE PRODUÇÃO

Esta funcionalidade ao nível do PROF Alentejo, considera a contribuição dos espaços florestais para o bem-estar da sociedade, ou seja, são aqui considerados os produtos provenientes da floresta, sejam eles a cortiça, a produção de biomassa para energia, a produção de frutos e sementes, a produção de madeira, entre outras (Mapa 13 – Síntese das funcionalidades e Mapa 13A – Parcelas de intervenção Funcionalidade Produção). Para cada espécie florestal identificada, é feita uma reflexão sobre os seus produtos.

6.1.1 CORTIÇA

A produção de cortiça é garantida pelo sobreiro, que é a espécie mais importante nesta ZIF, presente nos estratos I a V:

- Povoamento de sobreiro (Estrato I)
- Povoamento de sobreiro aberto (Estrato IV)
- Povoamento misto de sobreiro e azinheira aberto (Estrato III)

Apesar de existirem alguns povoamentos jovens, resultantes de plantações ao abrigo de projetos de investimento submetidos a quadros comunitários, e de existir alguma regeneração natural desta espécie, os sobreiros existentes são maioritariamente adultos, encontrando-se na fase de plena produção, ou seja, encontram-se na classe de PAP entre 1,0 e 1,8m.

Um indicador a ter em atenção quando dos descortiçamentos futuros, é o coeficiente de descortiçamento, uma vez que esta região apresenta alguns sobreiros descortiçados acima do limite legal de descortiçamento, e outros abaixo do mesmo.

O conhecimento do calibre da cortiça produzida por cada árvore é essencial para tomar opções sobre a altura de descortiçamento, podendo reduzir ou aumentar a altura consoante o sobreiro seja produtor de cortiça delgada ou grossa, desde que as árvores possuam o vigor vegetativo necessário à produção do calibre de cortiça pretendido e que não se exceda a altura máxima permitida.

6.1.2 PINHA

A produção de pinha está concentrada no Estrato VI - Pm, onde estão incluídas jovens plantações de pinheiro manso. Salienta-se, porém, que esta espécie tem uma presença transversal a praticamente todos os estratos, à exceção das áreas onde o eucalipto é a espécie dominante.

6.1.3 MADEIRA

A produção de madeira na ZIF é assegurada pelos povoamentos de pinheiro bravo e de eucalipto e cortes sanitários de sobreiro e azinheira. No caso do pinheiro bravo a madeira tem por objetivo principal a serração, enquanto no eucalipto é essencialmente para a produção de pasta para papel.

6.2 FUNCIONALIDADE SILVOPASTORÍCIA E CAÇA

Sendo o sobreiro e a a azinheira a espécie mais representativa da ZIF da Ribeira de Lavre, importa referir a produção de bolota, alimento altamente nutritivo e importante na silvopastorícia. Esta atividade é muito explorada no território da ZIF, uma vez que existem várias explorações com pastoreio de gado bovino em modo extensivo. As raças bovinas utilizadas na região são principalmente as raças autóctones - raça mertolenga e raça preta, para produção de carne em regime de sequeiro em zonas de menor capacidade forrageira.

Associada a esta prática existe ainda a exploração cinegética, distribuída por zonas de caça do tipo associativo e turístico. Nestas zonas de caça, as espécies cinegéticas presentes são o pombo, coelho, lebre, patos e o javali. As zonas de caça encontram-se distribuídas por toda a área da ZIF e estão representadas na Figura 14 e descritas no Anexo II. Existe ainda a prática dispersa de apicultura e de pesca nas áreas autorizadas.

No Mapa 13 – Síntese das funcionalidades e no Mapa 13B – Parcelas de intervenção Funcionalidade Silvopastorícia estão incluídos os estratos florestais com maior relevância destas atividades.

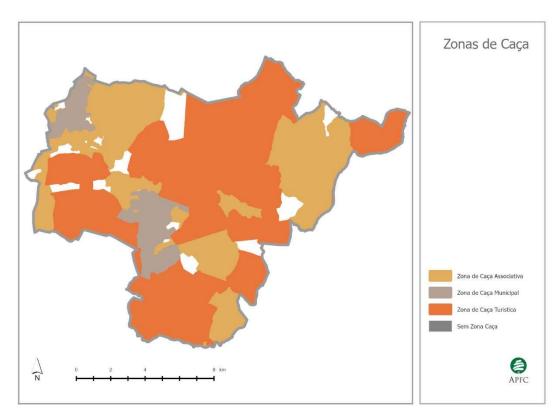


FIGURA 14 – ZONAS DE CAÇA ASSOCIATIVA MUNICIPAL E TURÍSTICA

6.3 FUNCIONALIDADE PROTEÇÃO

Juntamente com a função de produção, surge nos espaços florestais a função de proteção. Segundo o PROF do Alentejo, os espaços florestais têm como objetivos específicos associados à função de proteção, diminuir a erosão dos solos, preservar os valores fundamentais do solo e da água, reabilitar áreas ardidas e recuperar as galerias ripícolas. De modo a atingir estes objetivos, os intervenientes dos espaços florestais devem:

- Promover a gestão do coberto com vista a assegurar a qualidade da água.
- Divulgar informação relativa às boas práticas de proteção do solo contra a erosão
- Divulgar informação relativa às boas práticas de proteção contra cheias e melhoria das condições de drenagem dos solos
- Contribuir para a promoção da fertilidade dos solos e para a regularização dos recursos hidrológicos
- Proceder ao levantamento e monitorização das áreas mais suscetíveis de ocorrência de fenómenos erosivos e torrenciais
- Promover a reabilitação de terrenos degradados, contribuindo para a diminuição dos efeitos da desertificação
- Promover a conservação e a recuperação das galerias ripícolas

No Mapa 13 – Síntese das funcionalidades e no Mapa 13C – Parcelas de intervenção Funcionalidade Proteção estão incluídos os estratos florestais com maior relevância desta função, que abrange o estrato IX GR e todos os restantes cuja ocupação corresponde a áreas sensíveis à erosão definidas no mapa 4 do anexo cartográfico.

O histórico de área ardida nas últimas décadas espelha o risco baixo (representado no Mapa 9 – Perigosidade de incêndio florestal) uma vez que não há registo de grandes incêndios florestais cujas áreas devam ser sujeitas a programas especiais de recuperação.

As faixas de gestão de combustível, associadas aos aglomerados populacionais presentes do PMDFCI (Mapa 11 - legenda / responsabilidade da autarquia) incidem nos 100m em redor dos aglomerados e em área agrícola ou de montado aberto sem impacto na ocupação do coberto florestal definido nos estratos, pelo que não carecem neste plano uma funcionalidade gestão específica, não estando assim abrangidas na funcionalidade Proteção.

6.4 FUNCIONALIDADE CONSERVAÇÃO DE HABITAT, ESPÉCIES DE FAUNA E FLORA E DE GEOMONUMENTOS

Esta funcionalidade entende-se como a contribuição dos espaços florestais para a manutenção da diversidade biológica, genética e de geomonumentos, que engloba como subfunções gerais a conservação de habitats classificados e das espécies da flora e da fauna protegidas, de geomonumentos e de recursos genéticos.

Cada um dos habitats listados foi caracterizado do ponto de vista funcional em termos ecológicos, informação que se apresenta nas tabelas seguintes.



QUADRO 9 - ANÁLISE ECOLÓGICA DO HABITAT MONTADO DE SOBRO E AZINHO

HABITAT	MONTADO DE SOBRO E AZINHO	
Espécies dominantes e bioindicadoras	Quercus suber (sobreiro) e Quercus rotundifolia (azinheira)	
Serviços Prestados	Produção de cortiça; retenção e formação do solo; regulação do ciclo da água e dos nutrientes; refúgio para a biodiversidade; produção de alimento (consumo animal e humano); informação estética, espiritual e histórica; e educação e ciência	
Fauna Potencial Ameaçada (classificação CR e EN IUCN)	Águia imperial (CR); Águia de Bonnelli (EN); Felosa aquática (EN); Coruja-do-nabal (EN); Tartaranhão caçador (EN); Milhafre-real (CR)	
Habitats potenciais de importância para a conservação	Existe potencial para a ocorrência de diferentes habitats descritos no Anexo B-I (Diretiva Aves e Habitats) nomeadamente: habitat 6310 (montados de Quercus spp de folha perene) da Diretiva habitat que, se fechar em bosque, pode formar o habitat 9330 – florestas de <i>Quercus suber</i> . Poderá ainda surgir associado aos habitats: 4030pt3 – urzais, urzais tojais, urzais-estevais mediterrânicos não litorais; 5330pt2 – piornais de <i>Retama sphaerocarpa</i> ; 5330pt3 – medronhais; 5330pt4 – matagais com <i>Quercus lusitanica</i> ; 5330pt6 – Carrascais, espargueirais e matagais afins acidófilos; 6220pt5 – arrelvados vivazes silicícolas de <i>Brachypodium phoenicoides</i>	



QUADRO 10 - ANÁLISE ECOLÓGICA DO HABITAT PINHEIRO MANSO

HABITAT	PINHEIRO MANSO
Espécies dominantes e bioindicadoras	Pinus pinea (pinheiro manso)
Serviços Prestados	Refúgio para a biodiversidade; produção de pinhão; produção de alimento (consumo animal e humano); informação estética, espiritual e histórica; e educação e ciência
Fauna Potencial Ameaçada (classificação CR e EN IUCN)	Milhafre-real (CR)
Habitats potenciais de importância para a conservação	Existe potencial para a ocorrência de diferentes habitats descritos no Anexo B-I (Diretiva Aves e Habitats) nomeadamente: 4030pt3 – urzais, urzais tojais, urzais-estevais mediterrânicos não litorais; 5330pt2 – piornais de <i>Retama sphaerocarpa</i> ; 5330pt3 – medronhais; 5330pt4 – matagais com <i>Quercus lusitanica</i> ; 5330pt6 – Carrascais, espargueirais e matagais afins acidófilos; 6220pt5 – arrelvados vivazes silicícolas de <i>Brachypodium phoenicoides</i>



QUADRO 11 - ANÁLISE ECOLÓGICA DO HABITAT EUCALIPTO E/ OU PINHEIRO BRAVO

QUADRO 11 - ANALISE ECOLOGICA DO HABITAT ECCALIFTO E/ OU PINHEIRO BRAVO		
HABITAT	EUCALIPTO E/ OU PINHEIRO BRAVO	
Espécies dominantes e bioindicadoras	Eucalyptus globulus, Pinus pinaster (eucalipto, pinheiro bravo)	
Serviços Prestados	Madeira	
Fauna Potencial Ameaçada (classificação CR e EN IUCN)	Milhafre-real (CR)	
Habitats potenciais de importância para a conservação	Não aplicável	



QUADRO 12 - ANÁLISE ECOLÓGICA DO HABITAT PRADOS DE SEQUEIRO

HABITAT	PRADOS DE SEQUEIRO	
Espécies dominantes e bioindicadoras	Áreas agrícolas	
Serviços Prestados	Produção de alimento (consumo animal e humano)	
Fauna Potencial Ameaçada (classificação CR e EN IUCN)	Felosa aquática (EN); Tartaranhão caçador (EN); Milhafre-real (CR)	
Habitats potenciais de importância para a conservação	Existe potencial para a ocorrência de diferentes habitats descritos no Anexo B-I (Diretiva Aves e Habitats) nomeadamente: 5330pt2 – piornais de <i>Retama sphaerocarpa</i> ; 5330pt3 – medronhais; 5330pt4 – matagais com <i>Quercus lusitanica</i> ; 5330pt6 – Carrascais, espargueirais e matagais afins acidófilos; 6220pt5 – arrelvados vivazes silicícolas de <i>Brachypodium phoenicoides</i>	



QUADRO 13 - ANÁLISE ECOLÓGICA DO HABITAT VÁRZEAS

HABITAT	VÁRZEAS	
Espécies dominantes e bioindicadoras	Scirpus spp.; Juncus spp; espécies de arrelvados húmidos (Juncos)	
Serviços Prestados	Retenção do solo; regulação do ciclo da água; refúgio para a biodiversidade, nomeadamente endemismos; informação estética, espiritual e histórica; e educação e ciência	
Fauna Potencial Ameaçada (classificação CR e EN IUCN)	Felosa aquática (EN); Tartaranhão caçador (EN); Coruja do nabal (EN); Milhafre-real (CR)	
Habitats potenciais de importância para a conservação	Existe potencial para a ocorrência de diferentes habitats descritos no Anexo B-I (Diretiva Aves e Habitats) nomeadamente: habitat 6420 – Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da <i>Molinio-Holoschoenion</i> ; habitat 3170 – Charcos temporários mediterrânicos (prioritário)	



QUADRO 14 - ANÁLISE ECOLÓGICA DO HABITAT LINHAS DE ÁGUA E FAIXAS DE PROTEÇÃO

QUADRO 14 – ANALISE ECOLOGICA DO HABITAT LINHAS DE AGUA E FAIXAS DE PROTEÇÃO			
HABITAT		LINHAS DE ÁGUA E FAIXAS DE PROTEÇÃO	
Espécies dominantes e bioindicadoras		Salix salviifolia subsp. australis; Ulmus minor; Crataegus monogyna; Rosa spp.; Populus alba (salgueiro; ulmeiro; pilriteiro; rosa; choupo)	
Serviços Prestados		Regulação do ciclo de nutrientes, eliminação/ reciclagem de resíduos; Retenção do solo; regulação do ciclo da água; refúgio para a biodiversidade, nomeadamente endemismos; informação estética, espiritual e histórica; e educação e ciência	
Fauna Potencial Ameaçada (classificação CR e EN IUCN)		Felosa aquática (EN);	
Habitats potenciais de importância para a conservação		Existe potencial para a ocorrência de diferentes habitats descritos no Anexo B-I (Diretiva Aves e Habitats) nomeadamente: habitat 3260 — Cursos de água do piso basal a montano com vegetação da Ranunculion fluitantis e da Callitrichobatrachion; 3210 — Águas oligotróficas muito pouco mineralizada em solos geralmente arenosos do Oeste mediterrânico com Isoetes spp.; 3170 — Charcos temporários mediterrânicos (prioritário); 3270 — Cursos de água de margens vasosas com vegetação da Chenopodium rubri pp. e da Bidention pp.; 92AOpt5 — Salgueirais arbustivos de Salix salviifolia subsp. australis.	



QUADRO 15 - ANÁLISE ECOLÓGICA DO HABITAT CORPOS DE ÁGUA

QUADRO 15 - ANALISE ECOLOGICA DO HABITAT CORPOS DE AGUA		
HABITAT	CORPOS DE ÁGUA	
Espécies dominantes e bioindicadoras	Salix salviifolia subsp. australis; Ulmus minor; Crataegus monogyna; Rosa spp.; Populus alba (salgueiro; ulmeiro; pilriteiro; rosa; choupo)	
Serviços Prestados	Regulação do ciclo de nutrientes, eliminação/ reciclagem de resíduos; Retenção do solo; regulação do ciclo da água; refúgio para a biodiversidade; fornecimento de água; informação estética, educação e ciência	
Fauna Potencial Ameaçada (classificação CR e EN IUCN)	Pato trombeteiro (EN); Garça vermelha (EN); Papa-ratos (CR); Zarro (EN); Pato de bico vermelho (EN); Goraz (EN)	
Habitats potenciais de importância para a conservação	Existe potencial para a ocorrência de diferentes habitats descritos no Anexo B-I (Diretiva Aves e Habitats) nomeadamente: habitat 3150 – Lagos eutróficos naturais com vegetação da <i>Magnopotamion</i> ou da <i>Hydrocharition</i> com bioindicadores semelhantes aos do habitat 3260 – Cursos de água do piso basal a montano com vegetação da <i>Ranunculion fluitantis</i> e da <i>Callitricho-batrachion</i> ; 3210 – Águas oligotróficas muito pouco mineralizada em solos geralmente arenosos do Oeste mediterrânico com Isoetes spp.; 92A0pt5 – Salgueirais arbustivos de <i>Salix salviifolia</i> subsp. <i>australis</i> .	



QUADRO 16 - ANÁLISE ECOLÓGICA DO HABITAT SALGUEIRAL E/OU AMIAL

HABITAT	SALGUEIRAL e/ou AMIAL	
Espécies dominantes e bioindicadoras	Salix salviifolia subsp. Australis (salgueiro); Alnus glutinosa (amieiro)	
Serviços Prestados	Regulação do ciclo de nutrientes, eliminação/ reciclagem de resíduos; Retenção do solo; regulação do ciclo da água; refúgio para a biodiversidade; informação estética, educação e ciência	
Fauna Potencial Ameaçada (classificação CR e EN IUCN)	Felosa aquática (EN)	
Habitats potenciais de importância para a conservação	Existe potencial para a ocorrência de diferentes habitats descritos no Anexo B-I (Diretiva Aves e Habitats) nomeadamente: habitat 3150 – Lagos eutróficos naturais com vegetação da <i>Magnopotamion</i> ou da <i>Hydrocharition</i> com bioindicadores semelhantes aos do habitat 3260 – Cursos de água do piso basal a montano com vegetação da <i>Ranunculion fluitantis</i> e da <i>Callitricho-batrachion</i> ; 3210 – Águas oligotróficas muito pouco mineralizada em solos geralmente arenosos do Oeste mediterrânico com Isoetes spp.; 92A0pt5 – Salgueirais arbustivos de <i>Salix salviifolia</i> subsp. <i>Australis</i> ; 91E0 – Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> .	

C. PLANEAMENTO DA GESTÃO FLORESTAL

7 ANÁLISE SWOT

Uma vez caracterizado o setor florestal e o seu enquadramento biofísico e ambiental, é possível passar à identificação das potencialidades e estrangulamentos que o mesmo apresenta, de modo a construir as bases de um futuro plano de exploração que maximize o uso dos recursos existentes.

Os pontos fortes e os pontos fracos dizem respeito às características internas da zona de intervenção florestal com influência na sua produtividade. As oportunidades e ameaças estão relacionadas com os fatores externos.

A construção da matriz SWOT permite a identificação das Potencialidades, Vulnerabilidades, Constrangimentos e Problemas.

QUADRO 17 - MATRIZ DE ANÁLISE SWOT

	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
OPORTUNIDADES	Potencialidades	Constrangimentos
AMEAÇAS	Vulnerabilidades	Problemas

Com base na metodologia apresentada foi elaborado o quadro de análise e definida a estratégia para a área florestal.

O quadro 20 apresenta uma síntese dos objetivos específicos definidos para a área florestal, bem como a estratégia e o prazo para os atingir.

QUADRO 18 - ANÁLISE SWOT

		ANÁLISE INTERNA	
		Elevada aptidão edafoclimática para sobreiro, azinheira e pinheiro manso Bom estado fitossanitário dos povoamentos de sobreiro, azinheira e pinheiro manso Áreas com elevado valor para a conservação da biodiversidade Elevado grau de cobertura pelo regime cinegético especial Boa aptidão cinegética para as espécies de caça menor	PONTOS FRACOS Taxa de ocupação inferior ao potencial (reduzido grau de coberto) Reduzida regeneração natural e perda de produtividade de cortiça a longo prazo Zonas com elevada mortalidade de sobreiro Tendência de fragmentação da propriedade Presença de zonas sensíveis para a conservação do solo e da água Presença de zonas com elevado risco de erosão Fragmentação dos corredores ecológicos associados às linhas de água Presença de pragas e doenças associadas ao montado
ANÁLISE EXTERNA SEÓN SENTINA SENTINA	Quadro comunitário de apoio à floresta Valorização de produtos florestais Valorização dos serviços do ecossistema Proximidade da indústria transformadora Uso energético da biomassa Certificação da gestão florestal Procura da floresta para lazer e recreio	 Aumentar a produtividade florestal Diminuição do risco empresarial por diversificação Comercialização de serviços do ecossistema Economia verde Profissionalização da gestão cinegética Investir em serviços como o turismo de natureza, observação de aves e outros 	 Dificuldades de promoção da regeneração natural Estrutura da propriedade Risco de incêndio Ausência de soluções fitossanitárias Maximizar o rendimento associado aos espaços florestais
	Fogos florestais Pragas e doenças Segurança de bens e pessoas Concorrência de vedantes alternativos Concentração da indústria Alterações climáticas Inconstância nas políticas florestais Ausência de soluções de I&D	 Rentabilidade / Preço dos produtos florestais Rentabilidade/ Baixa produtividade unitária Reduzida consciência e formação ambiental Baixo nível de qualificação dos operadores e empresários Diferenciação e reconhecimento do produto 	 Desertificação humana Perigosidade de incêndio Reconhecimento político do sector Monitorização do estado fitossanitário Monitorização de pragas florestais

8 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PARA A ZIF

De forma a maximizar as potencialidades, a resolver os constrangimentos e a maximizar as vulnerabilidades, identificaram-se algumas opções de gestão futura para a ZIF:

- Melhorar a compartimentação do espaço florestal
- Promover medidas de conservação do solo e da água
- Fomentar opções de gestão potenciadoras da regeneração natural de sobreiro e azinheira
- Recuperar o potencial produtivo dos eucaliptais

Estas ações constituem os objetivos de gestão, a curto e médio prazo, na área florestal da ZIF, devendo ser adotadas estratégias que permitam atingir esses resultados.

QUADRO 19 - PROPOSTAS DE GESTÃO

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	PRAZO
Melhorar a compartimentação do espaço florestal	 Implementação das faixas de gestão de combustíveis (FGC) 	Curto/ Médio Prazo
Promover medidas de conservação do solo e da água	 Manutenção das galerias ripícolas enquanto estruturas ecológicas de proteção da rede hidrográfica Redução da intensidade de intervenção nas áreas identificadas como críticas relativamente à conservação do solo 	Curto/ Médio Prazo
Fomentar opções de gestão potenciadoras da regeneração natural de sobreiro	 Identificação da regeneração natural, previamente ao controlo do mato Promover o uso do corta mato Manutenção de manchas de vegetação espontânea não intervencionada Encabeçamentos bovinos em regime extensivo Instalação de protetores individuais de regeneração Manutenção de áreas sem pastoreio 	Médio/ Longo Prazo
Reduzir a incidência do Nemátodo da Madeira do Pinheiro	 Abate sistemático de todas as resinosas com sintomas do NMP Recolha de amostras de lenho para validação da infeção com NMP Destruição cuidada dos sobrantes de exploração, quer em abates de árvores com sintomas, quer de árvores verdes 	Curto/ Médio Prazo
Recuperação do potencial produtivo dos eucaliptais	 Substituição dos povoamentos no termo da explorabilidade por novos povoamentos da mesma espécie 	Curto/ Médio Prazo

Estas propostas estão alinhadas com os objetivos estratégicos do PROF do Alentejo, nomeadamente para minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos e a melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos. Contribuem ainda para os seguintes objetivos transversais a todas as sub-regiões homogéneas:

- Redução do número médio de ignições e da área ardida
- Redução da vulnerabilidade dos espaços florestais aos agentes bióticos nocivos;
- Recuperação e reabilitação de ecossistemas florestais afetados;
- Garantia que as zonas com maior suscetibilidade à desertificação e à erosão apresentam uma gestão de acordo com as corretas normas técnicas;
- Assegurar a conservação dos habitats e das espécies de fauna e flora protegidas;
- Aumento do contributo das florestas para a mitigação das alterações climáticas;
- Promoção da gestão ativa e profissional;
- Aumento da resiliência dos espaços florestais aos incêndios;
- Aumento da resiliência dos espaços florestais relativa a riscos bióticos;
- Reconversão de povoamentos mal-adaptados e/ ou com produtividade abaixo do potencial;
- Assegurar o papel dos espaços florestais na disponibilização de serviços do ecossistema;
- Promoção da conservação do solo e da água em áreas suscetíveis a processos de desertificação;
- Promoção da conservação do regime hídrico;
- Aperfeiçoamento da transferência de conhecimento técnico e científico mais relevante para as entidades gestoras dos espaços florestais;
- Promoção da conservação e valorização dos valores naturais e paisagísticos;
- Promoção da Certificação da Gestão Florestal Sustentável;
- Monitorização do desenvolvimento dos espaços florestais;

Em relação aos objetivos específicos das sub-regiões homogéneas (SRH) Montados do Alentejo Central (**Figura 2**) as ações preconizadas no PGF contribuem para:

- Aumentar a atividade associada à pesca nas águas interiores;
- Aumentar a produtividade por unidade de área;
- Melhorar a estrutura produtiva dos espaços florestais existentes nas suas funções produtiva e silvopastoril;
- Conservação da biodiversidade e riqueza paisagística;
- Promover o aproveitamento de biomassa para energia;
- Recuperação do montado de sobro e azinho e promoção da regeneração natural.

9 PROGRAMAS DE GESTÃO

Tendo em conta as caraterísticas da propriedade, em termos de dimensão e de gestão praticada, considera-se que as ações nas quais a gestão conjunta pode ser potenciada são a Defesa da Floresta Contra Incêndios e o Controlo de Pragas e Doenças. Estes são os dois principais vetores dos programas operacionais.

No entanto a existência de um número considerável de propriedades de dimensão inferior a 100ha, sem Planos de Gestão Florestal ao nível da propriedade, torna também importante a inclusão neste PGF dos modelos de gestão silvícola a utilizar para cada espécie, bem como um programa operacional de operações silvícolas mínimas genéricas. Consideram-se estas as ferramentas base da gestão florestal, a par com a gestão conjunta de defesa da floresta.

Serão apresentados neste item os modelos de gestão genéricos a aplicar nos diversos estratos florestais e de acordo com as espécies presentes, e a principal produção – cortiça, madeira e pinha. Estes modelos serão adaptados por cada proprietário aderente às características dos seus povoamentos, nomeadamente em termos de idade, densidade média e histórico de gestão.

Intervenções específicas ao nível das parcelas de intervenção da ZIF, excluindo a exploração florestal, deverão ser consultadas no **Quadro 34 - Tabela síntese**.

9.1 PROGRAMA DE OPERAÇÕES SILVÍCOLAS MÍNIMAS

As operações silvícolas mínimas são atribuídas em termos de responsabilidade aos proprietários florestais:

QUADRO 20 - OPERAÇÕES SILVICOLAS MÍNIMAS

AÇÃO	RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
Abate sanitário de resinosas com sintomas de Nemátodo da Madeira do Pinheiro		
Abate sanitário de sobreiros secos	Proprietário florestal	Anual
Abate sanitário de azinheiras secas		
Abertura e manutenção de FGC		

9.2 PROGRAMA DE GESTÃO DE RECURSOS NÃO LENHOSOS E SERVIÇOS ASSOCIADOS

9.2.1 **SOBREIRO**

Apresenta-se abaixo o modelo de gestão para povoamentos jovens de sobreiro. Nas manchas de sobreiro em plena produção as operações previstas são o controlo da vegetação espontânea, podendo este ser realizado mecanicamente ou com pastoreio. De referir que nas áreas de montado aconselha-se a não mobilização do solo na área equivalente ao dobro da área da projeção de copas e num raio nunca inferior a 4 metros das mesmas.

QUADRO 21 - POVOAMENTOS DE SOBREIRO - MODELO DE GESTÃO

ANO	OPERAÇÃO	DESCRIÇÃO
0	Plantação	
1	Limpeza na entrelinha	Trator < 100 cv com corta matos
3	Limpeza na linha	(como alternativa: grade ligeira)
4	Poda de formação em verde	Tesoura de poda
5	Limpeza na entrelinha³	Trator < 100 cv com corta matos
5	Adubação	(como alternativa: grade ligeira)
8	Poda de formação	Operação motomanual
10	Desbaste	Operação motomanual
12	Poda de formação	Operação motomanual
15	Desbaste Poda de formação	Operação motomanual
19	Desbóia	Operação manual
25	Poda de Formação	Operação motomanual
28	Extração da secundeira	Operação manual
30	Desbaste	Operação motomanual
30	Extração da 1ª amadia ⁱⁱⁱ	Operação manual

A exploração da cortiça será realizada preferencialmente com 9 anos de criação, podendo esta idade ser ajustada em função das características da cortiça ou da necessidade de ordenamento da exploração, de acordo com a legislação em vigor.

Para povoamentos em plena produção, o modelo de gestão deve integrar as principais operações de melhoria do estado vegetativo do montado.

Poderão eventualmente, ser usadas técnicas de irrigação das plantações de sobreiro, ao abrigo de projetos de investigação, ou com base em nova informação técnica e científica que venha a surgir e que suporte as referidas práticas perante determinados contextos.

³ Operação cíclica a efetuar com intervalos de 4 a 5 anos

iii Operação cíclica a efetuar com intervalos de 9 anos

QUADRO 22 – POVOAMENTOS DE SOBREIRO EM PLENA PRODUÇÃO – MODELO DE GESTÃO

PERIODICIDADE	OPERAÇÃO	DESCRIÇÃO
2 vezes no	Controlo da vegetação	Trator < 100 cv com corta matos
novénio	espontânea	(como alternativa: grade ligeira)
2 vezes no novénio	Adubação e correção pH do solo (se necessário)	Distribuidor centrífugo
2 vezes no novénio	Proteção da regeneração natural	Operação manual
De 9 em 9 anos	Extração da cortiça amadia	Operação manual
-	Promoção da regeneração (natural e/ ou artificial)	-
-	Adensamento de clareiras	-

Apesar da principal funcionalidade nas áreas de montado ser a produção de cortiça, a gestão praticada é compatível com a cinegética e a silvopastorícia. As opções de gestão para promoção destes serviços associados deverão ser consultadas no Quadro 35 - tabela síntese.

O PROF do Alentejo (Caderno E) listam 5 tipologias de modelos gerais de silvicultura e de gestão para o sobreiro, disponíveis on-line no site do ICNF para consulta detalhada: SB1 — povoamento puro de sobreiro para produção de cortiça; SB2 — povoamento puro de sobreiro para produção de cortiça e silvopastorícia, SB.AZ — povoamento misto de sobreiro e azinheira (em montado), para produção de fruto e/ou lenho e cortiça, SB.PM — povoamento misto permanente de sobreiro e pinheiro manso, para produção de cortiça, frutos e lenho e SB.PB — povoamento misto temporário de sobreiro e pinheiro bravo, para produção de cortiça e lenho (madeira, rolaria ou estilha).

9.2.2 **AZINHEIRA**

Apresentam-se abaixo o modelo de gestão para povoamentos puros azinheira, obtidos por regeneração artificial ou natural.

QUADRO 23 - POVOAMENTOS PUROS DE AZINHEIRA - MODELO DE GESTÃO

ANO	OPERAÇÃO	DESCRIÇÃO
0	Plantação	
1	Limpeza na entrelinha	Trator < 100 cv + Grade 20d24"
3	Limpeza na linha	Trator < 100 cv + Grade 20d24" Manual
5	Limpeza na entrelinha Adubação	Trator < 100 cv + Grade 20d24"
10	Poda de Formação	Operação motomanual
30	Correção de Densidades	Operação motomanual
40	Podas de frutificação	Operação motomanual
50	Correção de densidades Podas de frutificação	Operação motomanual
50-120	Plena Produção	Operação motomanual

O PROF do Alentejo (Caderno E) listam 4 tipologias de modelos gerais de silvicultura e de gestão para a azinheira, disponíveis on-line no site do ICNF para consulta detalhada: AZ1 – povoamento puro de azinheira para produção de fruto e/ ou lenho, em alto fuste; AZ2 – povoamento puro de azinheira em montado, para produção de fruto e silvopastorícia; AZ.SB – povoamento misto de azinheira e sobreiro (em montado), para produção de fruto e/ou lenho e cortiça; AZ.PM – povoamento misto permanente de azinheira e pinheiro manso, para produção de fruto e lenho.

9.2.3 PINHEIRO MANSO

Para o pinheiro manso são considerados dois tipos de modelo de gestão, consoante é ou não utilizada a técnica da enxertia. O corte raso prevê-se para os 80 anos, porém deve ser ajustado em função da produtividade dos povoamentos, considerando-se ainda a possibilidade de manutenção destas árvores com outras funções que não a produção de pinha.

QUADRO 24 - POVOAMENTOS PUROS E MISTOS DOMINANTES DE PINHEIRO MANSO MODELO DE GESTÃO COM ENXERTIA

ANO	OPERAÇÃO	DESCRIÇÃO
0	Plantação	
1	Limpeza na entrelinha	Trator < 100 cv + Grade 20d24"
3	Limpeza na linha	Trator < 100 cv + Escarificador 9d
4	Enxertia	Operação manual
5	Limpeza na entrelinha Adubação	Trator < 100 cv + Grade 20d24"
5-10	Desrama gradual dos anéis inferiores dos pinheiros enxertados i	Operação motomanual
5-10	Poda dos ramos concorrentes ao enxerto i	Operação manual
8-10	Início da Produção	
12	Desbaste p/ as 200 árvores Desramação	Operação motomanual
15	Início da Produção Económica	
76	Início da resinagem (opcional)	
80	Corte raso	Operação motomanual

39

¹ Operação cíclica a efectuar até à remoção de todos os ramos inferiores ao enxerto

QUADRO 25 - POVOAMENTOS PUROS E MISTOS DOMINANTES DE PINHEIRO MANSO MODELO DE GESTÃO SEM ENXERTIA

ANO	OPERAÇÃO	DESCRIÇÃO
0	Plantação	
1	Limpeza na entrelinha	Trator < 100 cv + Grade 20d24"
3	Limpeza na linha	Trator < 100 cv + Escarificador 9d
5	Limpeza na entrelinha Adubação	Trator < 100 cv + Grade 20d24"
6	Desbaste Desramação das árvores de futuro	Operação motomanual
12	Desbaste Desramação	Operação motomanual
15	Início da produção	
20	Desbaste p/ densidade final Desramação	Operação motomanual
25	Início da produção económica	
35	Início da plena produção	
76	Início da resinagem (opcional)	
80	Corte raso	Operação motomanual

A colheita anual da pinha poderá ser manual ou mecânica de acordo com as características de cada povoamento florestal, desde que seja garantida a colheita apenas da pinha madura e sem danos sobre as pinhas dos anos seguintes.

O PROF do Alentejo (Caderno E) listam 4 tipologias de modelos gerais de silvicultura e de gestão para o pinheiro manso, disponíveis on-line no site do ICNF para consulta detalhada: PM1 – povoamento puro de pinheiro manso para produção de fruto e/ ou lenho; PM2 – povoamento puro de pinheiro manso para produção de fruto; PM.SB – povoamento misto permanente de pinheiro manso e sobreiro, para produção de fruto e/ou lenho e cortiça; PM.AZ – povoamento misto permanente de azinheira e pinheiro manso, para produção de fruto e lenho.

9.3 PROGRAMA DE GESTÃO DA PRODUÇÃO LENHOSA

9.3.1 PINHEIRO BRAVO

Apresentam-se abaixo os modelos de gestão para povoamentos puros e mistos dominantes de pinheiro bravo, obtidos por regeneração artificial ou natural.

QUADRO 26 - POVOAMENTOS PUROS OU MISTOS DOMINANTES DE PINHEIRO BRAVO MODELO DE GESTÃO

ANO	OPERAÇÃO	DESCRIÇÃO
0	Plantação	
1	Limpeza na entrelinha	Trator < 100 cv + Grade 20d24"
4	Limpeza na linha	Trator < 100 cv + Escarificador 9d
8	Limpeza na entrelinha	Trator < 100 cv + Grade 20d24"
10-15	Desramação das árvores de futuro	Operação motomanual
15-20	1º Desbaste	Operação motomanual
15 10	(20 a 40% das árvores em pé)	operação motomanaci
	2º Desbaste	
25-30	(20 a 30% das árvores em pé)	Operação motomanual
25.40	3º Desbaste	
35-40	(20 a 30% das árvores em pé)	Operação motomanual
40-45	Corte raso	Operação motomanual

A regeneração das áreas sujeitas a corte raso será particularmente importante nos povoamentos puros, uma vez que nos povoamentos mistos se verifica sempre o aparecimento de regeneração natural que pode ser gradualmente aproveitada, assegurando-se assim a produtividade nestas áreas.

Nas áreas de corte raso cuja opção seja a regeneração natural com a mesma espécie, nomeadamente pela permanência no terreno de sementões - bons exemplares de pinheiro bravo que assegurarão o fornecimento de semente para o estabelecimento da regeneração natural, cerca de 50 árvores/ ha deverão ser mantidas após o corte raso, as quais serão abatidas quando se verificar o desenvolvimento efetivo de regeneração de pinheiro bravo. Nestes casos, ao modelo de gestão acima descrito deverão ser adicionadas as seguintes operações:

QUADRO 27 - POVOAMENTOS PUROS DE REGENERAÇÃO NATURAL DE PINHEIRO BRAVO - LIMPEZAS

ANO	OPERAÇÃO	DESCRIÇÃO
3-4	Limpeza sistemática para abertura de faixas	Trator < 100 cv + Grade 20d24"
10	Limpeza seletiva na linha	Motomanual

Todas as árvores com sintomas de Nemátodo da Madeira do Pinheiro terão de ser abatidas e os sobrantes destruídos através da queima ou estilhaçamento/ destroçamento, de acordo com a legislação em vigor.

O PROF do Alentejo (Caderno E) listam 1 tipologia de modelo geral de silvicultura e de gestão para o pinheiro bravo, disponível on-line no site do ICNF para consulta detalhada: PB — povoamento puro de pinheiro bravo para produção de lenho.

9.3.2 EUCALIPTO

Apesar da área do estrato relativo ao eucalipto ser muito reduzida, são apresentados os modelos de gestão para a produção de material lenhoso de eucalipto, em alto fuste e em talhadia.

QUADRO 28 - OPÇÕES DE GESTÃO PARA POVOAMENTOS DE EUCALIPTO MODELO DE GESTÃO ALTO FUSTE

ANO	OPERAÇÃO	DESCRIÇÃO
0	Plantação com adubação de fundo Adubo de libertação lenta + fósforo	-
1	Controlo da vegetação espontânea Adubação se necessário	Trator + Grade
3	Controlo da vegetação espontânea Adubação de manutenção se necessário	Operação mecânica / manual / química
5	Controlo da vegetação espontânea	Trator + Corta matos ou motorroçadora ou monda química
8	Controlo da vegetação espontânea	Trator + Corta matos ou motorroçadora ou monda química
10 a 12	Corte raso	Operação motomanual ou mecanizada

QUADRO 29 – OPÇÕES DE GESTÃO PARA POVOAMENTOS DE EUCALIPTO MODELO DE GESTÃO TALHADIA

ANO	OPERAÇÃO	DESCRIÇÃO
0	Rebentação de toiça	-
1	Controlo da vegetação espontânea Adubação de manutenção	Trator + Grade
2	Selecção de varas	Operação motomanual
5	Controlo da vegetação espontânea	Trator + Corta matos ou
	Adubação de manutenção motorroçadora ou monda q	motorroçadora ou monda química
8	Controlo da vegetação espontânea	Trator + Corta matos ou motorroçadora ou monda química
10 a 12	Corte raso	Operação motomanual ou mecanizada

Preconiza-se a reconversão destes povoamentos com a mesma espécie após o término da explorabilidade, na 3ª ou 4ª rotação, conforme a qualidade da estação onde o povoamento se encontrar estabelecido.

O PROF do Alentejo (Caderno E) listam 2 tipologias de modelos gerais de silvicultura e de gestão para o eucalipto, disponíveis on-line no site do ICNF para consulta detalhada: EC1 – povoamento puro de eucalipto, em talhadia, para produção de lenho para trituração; EC2 – povoamento puro de eucalipto, em alto fuste, para produção de lenho para serração.

9.4 PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DO SOLO E GESTÃO DA BIODIVERSIDADE 9.4.1 BIODIVERSIDADE

O quadro com as medidas de gestão para implementação progressiva nesta ZIF foi elaborado ao nível dos habitats genéricos pré-determinados e ecossistemas de base florestal identificados na área de interesse, sendo que as áreas com potencial de conservação foram identificadas usando os seguintes serviços de ecossistemas:

- Conservação de habitats e espécies de flora e fauna com alto valor de conservação;
- Manutenção dos recursos hídricos e respetivas faixas de proteção e zonas húmidas;
- Manutenção da integridade do solo (minimizando a erosão);
- Retenção de carbono;
- Aspetos funcionais e culturais.

Adicionalmente, certos habitats são considerados prioritários em termos de gestão e conservação, nomeadamente o Montado de Sobro e/ou de azinho, devido ao seu alto valor de conservação. Na impossibilidade de caracterizar todos os habitats existentes, identificaram-se grandes grupos de habitats genéricos e ecossistemas de base florestal, para os quais se compilaram medidas de gestão a aplicar quando do planeamento das operações florestais.

QUADRO 30 – BOAS PRÁTICAS PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E SERVIÇOS DO ECOSSISTEMA HABITATS: MONTADOS DE SOBRO E/OU AZINHO, PINHEIROS E EUCALIPTO

HABITAT	Boas práticas
Montado de sobro e/ou azinho, Sobreiro e Pinus sp.	 Minimizar uso da grade de discos, ripper e maquinaria pesada, privilegiando o corta-matos Proteção da regeneração natural de sobreiro com protectores individuais ou proteção natural com arbustos Controlo de manchas de esteva (<i>Cistus ladanifer</i>) com mais de 0.5 ha Encabeçamento rotacional inferior a 0.25 CN/ha Promover condições favoráveis para a conservação de aves de rapina, cobras e carnívoros (para controlo de roedores e lagomorfos que se alimentem da bolota e plântulas de sobreiro) Instalação de prados permanentes biodiversos nas áreas de maior aptidão forrageira Monitorizar espécies de fauna e flora com estatuto de proteção Controlar as espécies exóticas existentes Utilização de plantas/ sementes da região nas acções de reflorestação Privilegiar raças autóctones de gado Manter árvores longevas e cavernosas
Pinheiro manso, Pinheiro manso e sobreiro, Pinheiro bravo e sobreiro	 Minimizar uso da grade de discos, ripper e maquinaria pesada Definir a prioridade de produção: cortiça, madeira ou pinhão Proteção da regeneração natural de sobreiro com protectores individuais ou proteção natural com arbustos Privilegiar o uso do corta-mato As áreas limpas de mato devem corresponder a 30 a 50% da área das propriedades
Eucalipto	 Minimizar uso da grade de discos, ripper e maquinaria pesada Em áreas de fraca aptidão do solo ponderar a conversão noutra espécie Ajustar o calendário de intervenções aos ciclos hidrológicos e ecológicos de nidificação/ reprodução de espécies com alto valor de conservação (espécies ameaçadas) Reorganização do modelo de exploração florestal do eucalipto para maximizar a produtividade da espécie e libertar as áreas menos aptas para reconversão em montado, e áreas de conservação integradas em corredores ecológicos regionais

QUADRO 31 – MEDIDAS DE GESTÃO PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E SERVIÇOS DO ECOSSISTEMA HABITATS: PRADOS DE SEQUEIRO, VÁRZEAS, LINHAS E CORPOS DE ÁGUA

HABITAT	Boas práticas
Prados de sequeiro	 Promoção das explorações agrícolas de culturas de forrageiras e considerar a reserva de 10-15% da área para arrelvados naturais sazonais de forma a proteger a biodiversidade polinizadora e reguladora de pragas e auxiliares; Desenvolvimento de sebes vivas de espécies arbustivas e arbóreas que sirvam de apoio a aves de rapina, répteis e carnívoros, para controlo das populações de roedores e lagomorfos; Minimizar os efeitos da mobilização do solo para reduzir a erosão; Adequar o corte à época de reprodução das espécies que preferem o solo para nidificar
Várzeas	 Promoção da exploração agrícola de culturas de forrageiras e considerar a reserva de 20-30% da área para arrelvados naturais sazonais, matos e bosquetes de forma a proteger a biodiversidade polinizadora e reguladora de pragas e auxiliares, assim como de invertebrados, anfíbios e diversidade de flora; Desenvolvimento de sebes vivas de espécies arbustivas e arbóreas que sirvam de apoio a aves de rapina, répteis e carnívoros, para controlo das populações de roedores e lagomorfos; Minimizar os efeitos da mobilização do solo para reduzir a erosão; Adequar o corte à época de reprodução das espécies que preferem o solo para nidificar Considerar oportunidades de reorganizar o mosaico florestal com base nas descontinuidades naturais do território para maximizar os serviços prestados à comunidade
Linhas e corpos de água, matas galerias de salgueiros e faixas de proteção	 Mapear as linhas de água Mapear os habitats ribeirinhos, como matas de salgueiros Identificar local de passagem da linha de água Desassorear/ remover material lenhoso para evitar transbordo Garantir faixas de proteção com largura mínima de 5 m para cada lado Corte seletivo de silvados – diâmetro máximo de 10 m e distância mínima de 25 m entre núcleos de silvado Controlar manchas de exóticas (canas e acácias sp.) Redefinir e estabilizar taludes (estacaria de salgueiros, muros vivos entrelaçados, etc.) Construir passagens sobre a linha de água para proteção do leito e evitar o aumento de turbidez Promoção de atividades de educação e sensibilização ambiental para população escolar; jovens de cursos técnico-profissionais e adultos em programas de voluntariado para proteção ambiental Harmonizar a atividade humana nas baixas palustres, matas galeria e faixas de proteção, minimizando impactes sobre a água, solo e biodiversidade

9.4.2 CONSERVAÇÃO DO SOLO

Com base no PROF do Alentejo, é possível identificar zonas onde o risco de erosão hídrica é elevado. Ao tomar opções de gestão que minimizem o risco de erosão, permite a conservação do recurso solo. Sendo as afetações e riscos de erosão muito dependentes da existência e características dos espaços florestais, a correta gestão dos ecossistemas agroflorestais, enquanto suporte da biodiversidade, assume grande importância na medida em que os espaços florestais contribuem para a proteção contra a erosão eólica (pela fixação das areias móveis), para a proteção contra a erosão hídrica e de cheias (pela fixação de vertentes, correção torrencial, amortecimento de cheias, etc.) e para a recuperação de solos degradados (pela proteção e produção de solo) (ENF, 2015).

Neste contexto, a mitigação das afetações e riscos de erosão contribui, em larga medida, para o combate à desertificação. Conforme definido na ENF, o coberto florestal e as suas funções e serviços ambientais assumem um papel fundamental no âmbito das intervenções de prevenção e do combate à desertificação, à degradação dos solos e à mitigação dos efeitos da seca. Na mesma linha, o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD) estabelece os seguintes objetivos específicos, com particular incidência no setor florestal:

- "Conservar e promover os montados e outros sistemas agroflorestais mediterrânicos e
 macaronésios, nomeadamente: salvaguardando e promovendo os povoamentos; promovendo
 intervenções de beneficiação florestal; protegendo e conduzindo as regenerações naturais de
 arvoredo autóctone; promovendo as pastagens mediterrânicas naturais ou melhoradas;
 promovendo a utilização de espécies, raças e variedades autóctones; e adotando e
 promovendo boas práticas agrícolas, silvícolas e pastoris;
- Promover, conservar e gerir adequadamente as outras florestas e os matagais mediterrânicos e macaronésios através: do estabelecimento de um programa específico de arborização com espécies arbóreas e arbustivas xerofíticas autóctones; da promoção de novas arborizações de povoamentos mistos; da condução e adequação da gestão dos povoamentos e estruturas existentes ou a instalar; da conservação e da recuperação de galerias ripícolas; da salvaguarda, reabilitação e promoção das formações relíquias e os exemplares notáveis da flora lenhosa autóctone; e do desenvolvimento das medidas estruturais de defesa e proteção destas estruturas contra incêndios, fenómenos meteorológicos extremos e agentes bióticos;
- Controlar e recuperar áreas degradadas: incentivando e apoiando o restauro e a requalificação ambiental e paisagística das áreas afetadas, designadamente áreas percorridas por incêndios rurais, áreas erodidas, salinizadas e outras degradadas, áreas de invasoras lenhosas exóticas, solos degradados por sobre exploração e áreas de extração de inertes; aumentando a resiliência dos ecossistemas das áreas suscetíveis através de intervenções visando a conservação do solo e da água nas cabeceiras das bacias hidrográficas, nas encostas mais declivosas e propensas à erosão e na envolvência dos cursos e linhas de água de regime torrencial."

As florestas desempenham uma importante função protetora do solo e da água, que poderá ser afetada com as alterações climáticas. De facto, alguns dos impactos potenciais sobre as florestas, como a degradação do coberto arbóreo decorrente da ocorrência crescente de pragas e doenças ou da alteração do regime dos incêndios florestais, reduzem a sua função protetora, expondo os solos a um maior risco de erosão (ICNF, 2013).

Para além dos impactes potenciais sobre o coberto arbóreo são de considerar os impactes diretos das alterações climáticas sobre os solos em particular sobre a matéria orgânica, componente particularmente importante para o desempenho de funções ambientais e ecológica dos solos, como a fertilidade, sequestro do carbono e regulação hidrológica.

O risco de erosão potencial de um solo depende de diversos fatores, incluindo o tipo de coberto e as práticas culturais pelo que, com as alterações climáticas, a gestão do território e adoção de boas

práticas que permitam a manutenção e mesmo a melhoria das condições do solo, ganha uma importância acrescida. A diminuição do teor em matéria orgânica, associada às condições atrás descritas, afetará a capacidade de retenção de água dos solos, dada a estreita e direta relação entre os dois fatores (ICNF, 2013).

A presença de espaços florestais adequados é, porventura, o único fator que pode condicionar e mitigar os riscos de erosão e de desertificação. Sejam os riscos de origem natural, sejam os riscos de origem antrópica.

O planeamento florestal deverá prever, por isso, medidas de atuação capazes de contrariar riscos naturais. Tal é possível com a implementação de boas práticas em termos de conservação do solo, conforme quadro 32.

9.4.3 DEFINIÇÃO DE ZONAS SENSÍVEIS

As Zonas Sensíveis à Erosão (Mapa 4 – Zonas Sensíveis à Erosão) de acordo com as classes de declive, foram posteriormente analisadas em função do tipo de solo e tipo de coberto vegetal, por forma a definir as zonas com necessidades especiais de proteção ao nível da conservação do solo.

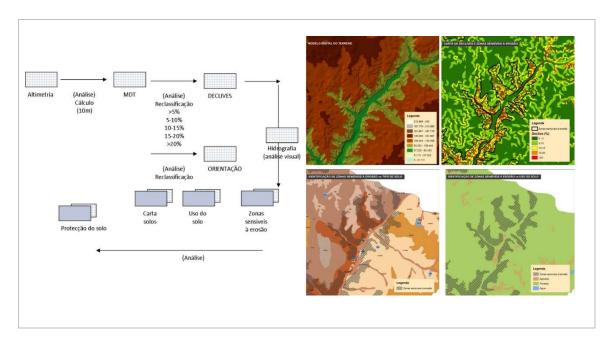


FIGURA 15 – ZONAS SENSÍVEIS À EROSÃO - CRITÉRIOS

QUADRO 32 – MEDIDAS DE GESTÃO PARA REDUÇÃO DO RISCO DE EROSÃO

	USO ATUAL	BOAS PRÁTICAS		
	FLORESTAL	Compartimentação das manchas de produção lenhosa em blocos com dimensão máxima de 10ha⁴		
		Privilegiar nas manchas de produção lenhosa povoamentos de diferentes idades (misturado pé a pé ou por talhões)		
	PEONESTAL	Uso preferencial de corta-matos ou motorroçadora na gestão da vegetação espontânea		
ZONAS SENSÍVEIS À		Privilegiar espécies com ciclos de revolução longos – sobreiro, pinheiro manso e azinheira		
EROSÃO	INSTALAÇÃO DE NOVOS POVOAMENTOS AGRÍCOLA	Manutenção de faixas de vegetação nas operações de reflorestação > 50ha		
		Mobilização do terreno à curva de nível para declives > 5%		
		Não transitar com máquinas em solos encharcados		
		Encabeçamentos inferiores a 2 CN		

-

⁴ Na área da ZIF a ocupação de povoamentos sujeitos s corte nunca excede a área referida, pelo que a indicação permanece para ocupações futuras.

9.5 PROGRAMA DE INFRASETRUTURAS

As infraestruturas florestais são o conjunto de todas as estruturas que dão apoio à gestão florestal e encontram-se cartografadas no Mapa 12 – Infraestruturas DFCI, incluindo a rede elétrica, a rede viária florestal, os pontos de água classificados por acessibilidade (terrestre ou mistos).

Rede divisional

Define-se como rede divisional as faixas em que é realizado periodicamente o controlo do desenvolvimento da vegetação, tendo como objetivo a diminuição da carga combustível, a criação de descontinuidades entre combustíveis e a melhoria das acessibilidades, quer em relação ao combate aos incêndios florestais, como às operações de exploração florestal.

De acordo com a legislação é interdito o depósito de madeiras e outros produtos resultantes de exploração florestal ou agrícola, de outros materiais de origem vegetal e de produtos altamente inflamáveis nas redes de faixas e nos mosaicos de parcelas de gestão de combustível, com exceção dos aprovados pelas CMDFCI⁵. Durante o período crítico o empilhamento em carregadouro de produtos resultantes de corte ou extração (estilha, rolaria, madeira, cortiça e resina) apenas é permitido desde que seja salvaguardada uma área sem vegetação com 10m em redor, e os restantes 40m têm uma carga combustível de acordo com o quadro abaixo.

Percentagem de Coberto do Solo Altura máxima da vegetação (cm)

Inferior a 20 100

Entre 20 e 50 40

20

QUADRO 33 - CARGA COMBUSTÍVEL

As redes de faixas de gestão de combustível dividem-se em três níveis:

Superior a 50

Rede primária, de nível sub-regional, que delimita compartimentos com determinada dimensão, desenhada primordialmente para cumprir a função de limitação das frentes de fogo e diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo segurança no combate direto à frente ou ao flanco de grandes incêndios de modo, a diminuir a propagação do fogo.

Rede secundária, de nível municipal, estabelecida para as funções de reduzir os efeitos da passagem de grandes incêndios, protegendo, de forma passiva, vias de comunicação, infraestruturas, zonas edificadas, povoamentos florestais de valor especial, e assegurar as condições de segurança corretas para a circulação dos veículos de combate sobre as vias de circulação (definido nos PMDFCI). A rede secundária corresponde às faixas de gestão de combustível criadas ou a criar junto às estradas nacionais e municipais, linhas elétricas de média tensão ou superior e edificações.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho (alterado e republicado pela Lei n.º 76/2017 de 17 de agosto; D.L. n.º 10/2018 de 14 de fevereiro) estão estabelecidos os seguintes critérios para a gestão dos combustíveis:

- No estrato arbóreo, a distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 4 m (no caso dos eucaliptos e pinheiros-bravos a distância é de 10m) e a desramação deve ser de 50% da altura da árvore até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo.
- No estrato arbustivo e subarbustivo, o fitovolume total não pode exceder 2.000m3/ha, devendo simultaneamente ser cumpridas as condições mencionadas no quadro 33;
- Os estratos arbóreo, arbustivo e subarbustivo remanescentes devem ser organizados espacialmente por forma a evitar a continuidade vertical dos diferentes estratos combustíveis

-

⁵ CMDFCI – Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

- No caso de infraestruturas da rede viária às quais se associem alinhamentos arbóreos com especial valor patrimonial ou paisagístico, deve ser garantida a preservação do arvoredo, a aplicação do disposto nos números anteriores numa faixa correspondente à projeção vertical dos limites das suas copas acrescida de uma faixa de largura não inferior a 10m para cada um dos lados.
- As copas das árvores e dos arbustos devem estar distanciadas no mínimo 5m da edificação, evitando-se ainda a sua projeção sobre a cobertura do edifício;
- Não poderão ser acumuladas quaisquer substâncias combustíveis como lenha, madeira, sobrantes de exploração florestal ou agrícola, ou outras altamente inflamáveis;
- Sempre que possível, deverá ser criada uma zona pavimentada de 1 a 2m de largura circundando as edificações.

Nos espaços florestais previamente definidos nos PMDFCI, devem ainda ser considerados os seguintes procedimentos, no que respeita às redes secundárias de faixas de gestão de combustíveis, pelas entidades responsáveis:

- Pela rede viária providencie a gestão do combustível numa faixa lateral de terreno confinante numa largura não inferior a 10m;
- Pela rede ferroviária providencie a gestão do combustível numa faixa lateral de terreno confinante, contada a partir dos carris externos numa largura não inferior a 10 m;
- Pelas linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em muito alta tensão e em alta tensão providencie a gestão do combustível numa faixa correspondente à projeção vertical dos cabos condutores exteriores acrescidos de uma faixa de largura não inferior a 10m para cada um dos lados;
- Pelas linhas de distribuição de energia elétrica em média tensão providencie a gestão de combustível numa faixa correspondente à projeção vertical dos cabos condutores exteriores acrescidos de uma faixa de largura não inferior a 7m para cada um dos lados;
- Pela rede de transporte de gás natural (gasodutos) providencie a gestão de combustível numa faixa lateral de terreno confinante numa largura não inferior a 5m para cada um dos lados, contados a partir do eixo da conduta.

Os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos confinantes a edifícios inseridos em espaços rurais, são obrigados a proceder à gestão de combustível, de acordo com as normas constantes no anexo do presente decreto-lei e que dele faz parte integrante, numa faixa com as seguintes dimensões:

- Largura não inferior a 50 m, medida a partir da alvenaria exterior do edifício, sempre que esta faixa abranja terrenos ocupados com floresta, matos ou pastagens naturais;
- Largura definida no PMDFCI, com o mínimo de 10m e o máximo de 50m, medida a partir da alvenaria exterior do edifício, quando a faixa abranja exclusivamente terrenos ocupados com outras ocupações.

Nos aglomerados populacionais inseridos ou confinantes com espaços florestais, e previamente definidos nos PMDFCI, é obrigatória a gestão de combustível numa faixa exterior de proteção de largura mínima não inferior a 100 m.

Nos parques de campismo, nos parques e polígonos industriais, nas plataformas de logística e nos aterros sanitários inseridos ou confinantes com espaços florestais previamente definidos no PMDFCI é obrigatória a gestão de combustível, e sua manutenção, de uma faixa envolvente com uma largura mínima não inferior a 100 m, competindo à respetiva entidade gestora ou, na sua inexistência ou não cumprimento da sua obrigação, à câmara municipal realizar os respetivos trabalhos.

Rede terciária, de nível local e apoiada nas redes viária, elétrica e divisional das explorações agroflorestais, desempenhando essencialmente a função de isolamento de focos potenciais de ignição de incêndios e aumentar a eficácia da 1ª intervenção sobre as zonas de contacto entre o espaço natural

de combustível e as zonas de atividade humana, como sejam as faixas paralelas às linhas elétricas ou à rede viária, as faixas envolventes aos parques de recreio, etc.

A **rede viária** é constituída por todas as vias que servem para o acesso às áreas florestais, no sentido de viabilizar a implantação, a exploração e a colheita dos produtos florestais.

Para abertura de caminhos ou mesmo para a beneficiação dos já existentes, deverão ser utilizadas escavadoras equipadas com pá ou tratores equipados com lâmina frontal. Estas operações devem ter em conta vários fatores entre eles, o controlo da erosão.

9.6 TABELA SÍNTESE

Quadro que resume, por tipologia de povoamento, as diferentes opções previstas neste Plano de Gestão Florestal.

Funcionalidade	Tipo Intervenção	Uso actual	Parcela	Descrição	Gestão Técnicas		Objectivo
PT PD	DCE	Floresta	PTE3	Manchas puras de eucalipto / pinheiro bravo com dimensão > 10 ha*	Implementar áreas máximas de corte raso (<10ha)	Abate motomanual	Reduzir a área exposta a fenómenos de erosão após remoção total da cobertura vegetal
PT PD	DCE	Floresta	PTE3	Manchas puras de eucalipto / pinheiro bravo com dimensão > 10 ha*	Promover talhões de diferentes idades (<10ha)	n/a	Reduzir a área exposta a fenómenos de erosão após remoção total da cobertura vegetal
PT PD	DCE	Floresta	PTE1	Todas as áreas florestais	Uso preferencial de corta-matos/ motorroçadoura no controlo da vegetação espontânea	Equipamentos motomanuais/ mecânicos	Melhorar a estrutura do solo por ausência de mobilização das camadas superficiais
PT PD	DCE	Floresta	PTE1	Todas as áreas florestais	Privilegiar espécies com ciclos de revolução longos - sobreiro e pinheiro manso	n/a	Reduzir a área exposta a fenómenos de erosão após remoção total da cobertura vegetal
PT PD	DCE	Floresta	PTE2	Sistemas agroflorestais	Aproveitamento das pastagens naturais/ instaladas Privilegiar raças autóctones	Pastoreio extensivo	Potenciar o uso múltiplo
PT PD	DCE	Floresta	PTE2	Sistemas agroflorestais	Área com potencial de adensamento. Promoção/proteção da regeneração natural.	Marcação e piquetagem prévia à mobilização	Minimizar o risco de erosão nas áreas de maior declive pela manutenção do coberto vegetal e evitar encabeçamentos >2CN
	DCE	Agrícola		Zonas de vale	Não transitar com máquinas em solos encharcados	n/a	Minimizar o risco de erosão associado à compactação
	DCE	Agrícola		Zonas de vale	Promover encabeçamentos inferiores a 2 CN/ ha	n/a	Minimizar o risco de erosão associado à compactação
	DFCAB	Floresta		Montado	Instalação de armadilhas para monitorização do plátipo	conforme bibliografia	Minimizar o risco de pragas e doenças no montado
	DFCAB	Floresta		Montado	Recolha de amostras para despiste de fitóftora	conforme bibliografia	Minimizar o risco de pragas e doenças no montado
PT	RH	Floresta	PTH1	Galerias ripícolas em bom estado de conservação	Ausência de abate no estrato arbóreo à excepção das áreas de proteção DFCI Remoção de espécies exóticas (quando em grande densidade) e monitorzação e medidas de controlo periodicas		Manutenção de corredores ecológicos
PT	RH	Esp.água e Z. húmidas	PTH2	Pontos de água	identificação de locais de pasagem, remoção material lenhoso para evitar transbordo, estabilização de taludes quando necessário e abate seletivo de silvados na envolvente.	Manual/ motomanual	Manutenção da qualidade da água e biodiversidade associada
PT	RH	Esp.água e Z. húmidas	PTH2	Zonas húmidas	Condicionar o pastoreio e evitar a drenagem	Vedar o acesso ao pastoreio e não abrir valas de drenagem na envolvência	Manutenção do habitat e promoção da biodiversidade
SP CC	UM	Floresta	SP CC	Montado de sobro aberto (estrato II)	Aproveitamento das pastagens naturais/ instaladas Privilegiar raças autóctones	Pastoreio extensivo	Potenciar o uso múltiplo
SP CC	OS	Floresta	SP CC	Montado de sobro aberto (estrato II)	so preferencial de corta-matos/ motorroçadoura no controlo da vegetação espontânea Manutenção de manchas de vegetação natural (matos) que potenciem outros usos (cinegética/ apicultura) Equipamentos motomanuais/ mecânicos		Diminuição do risco de incêndio Potenciar o uso múltiplo
PD	os	Floresta	PDSbAz	Montado de sobro e azinho	Ver quadros 21, 22 e 23		
PD	OS	Floresta	PDPb	Pinhal bravo	Ver quadros 26 e 27		
PD	OS	Floresta	PDPm	Pinhal manso	Ver quadros 24 e 25		
PD	OS	Floresta	PDEc	Eucaliptal	Ver quadros 28 e 29		
PD CSV	os	Floresta	PD	Espaços florestais com potencial de conservação	Ver quadro 30		Manutenção/ melhoria do estado
PD CSV	OS	Prado de sequeiro, várzeas e regadio, água e salgueiral	na	Espaços florestais com potencial de conservação	Ver quadro 31		Manutenção/ melhoria do estado

DCE	Defesa contra a Erosão					
DCAB	Defesa da floresta contra agentes bióticos					
RH	Rede hidrográfica					
UM	Uso múltiplo					
os	Operações silvícolas					

^{*} nesta plano, não se verificam áreas >10 ha pelo que o referido serve apenas de referência para situações futuras.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

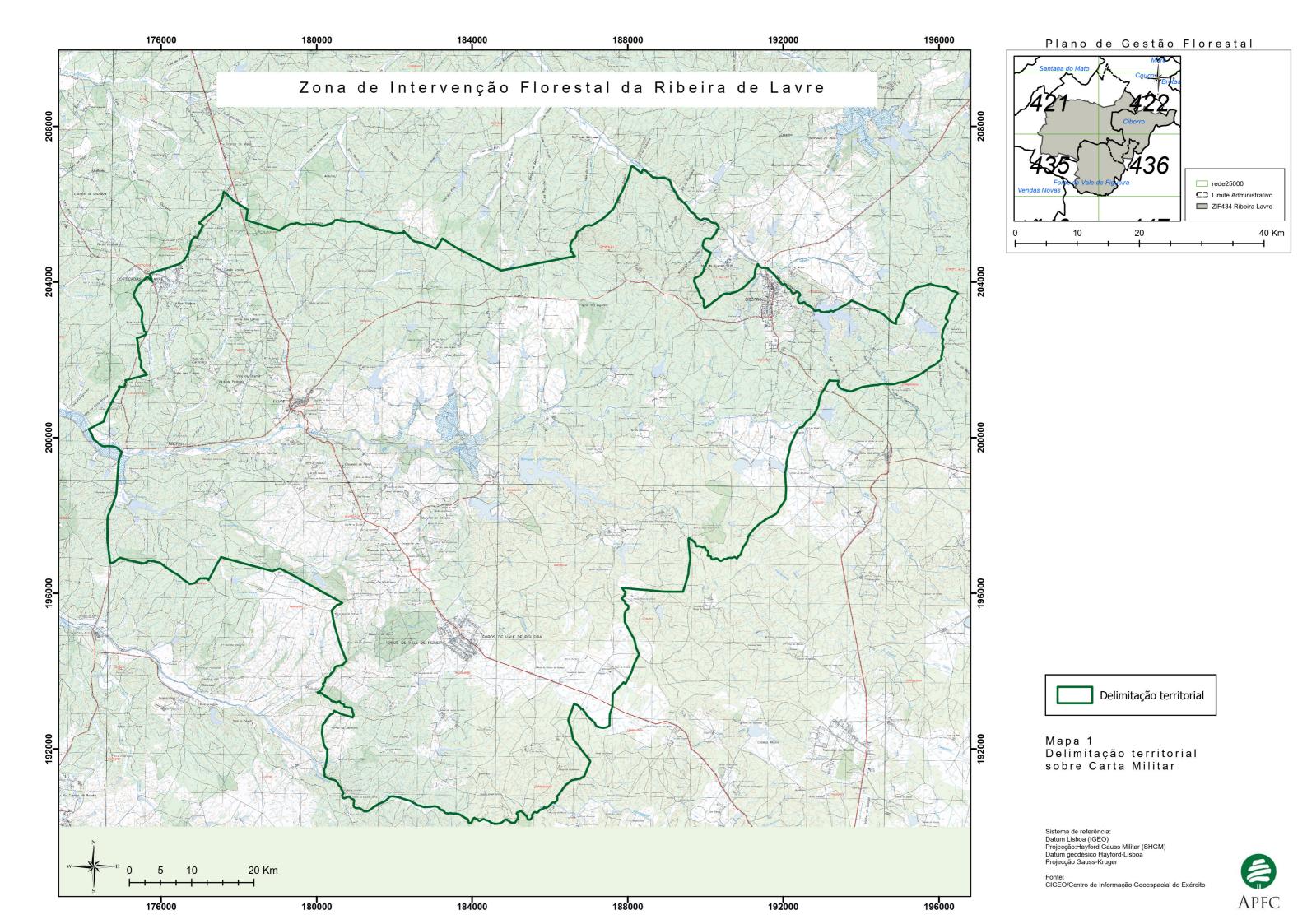
Esta é a primeira versão do plano de gestão florestal da ZIF da Ribeira de Lavre. Este plano é revisto e alterado, caso se verifiquem ocorrências inesperadas que afetem a gestão futura, haja desvios significativos nas previsões aqui descritas ou tenham sido identificados prejuízos graves no ambiente ou comunidade local, decorrentes da atividade florestal.

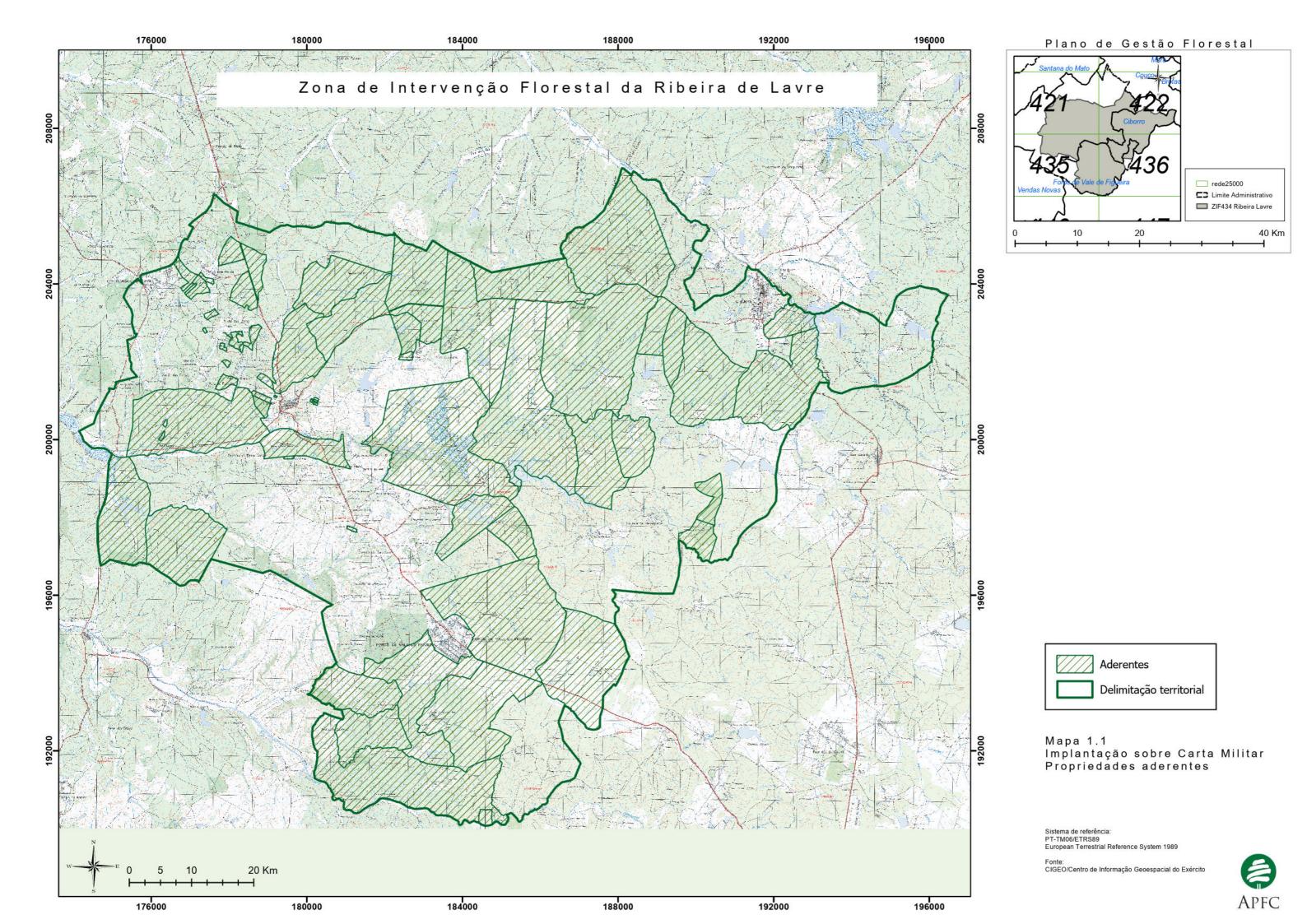
Devemos ter em conta que as florestas estão sujeitas a mudanças que podem ter origem ambiental ou humana, assim como podem existir alterações significativas à situação atual do ponto de vista económico ou político e que estas alterações podem afetar o potencial produtivo, as técnicas utilizadas ou a rendibilidade.

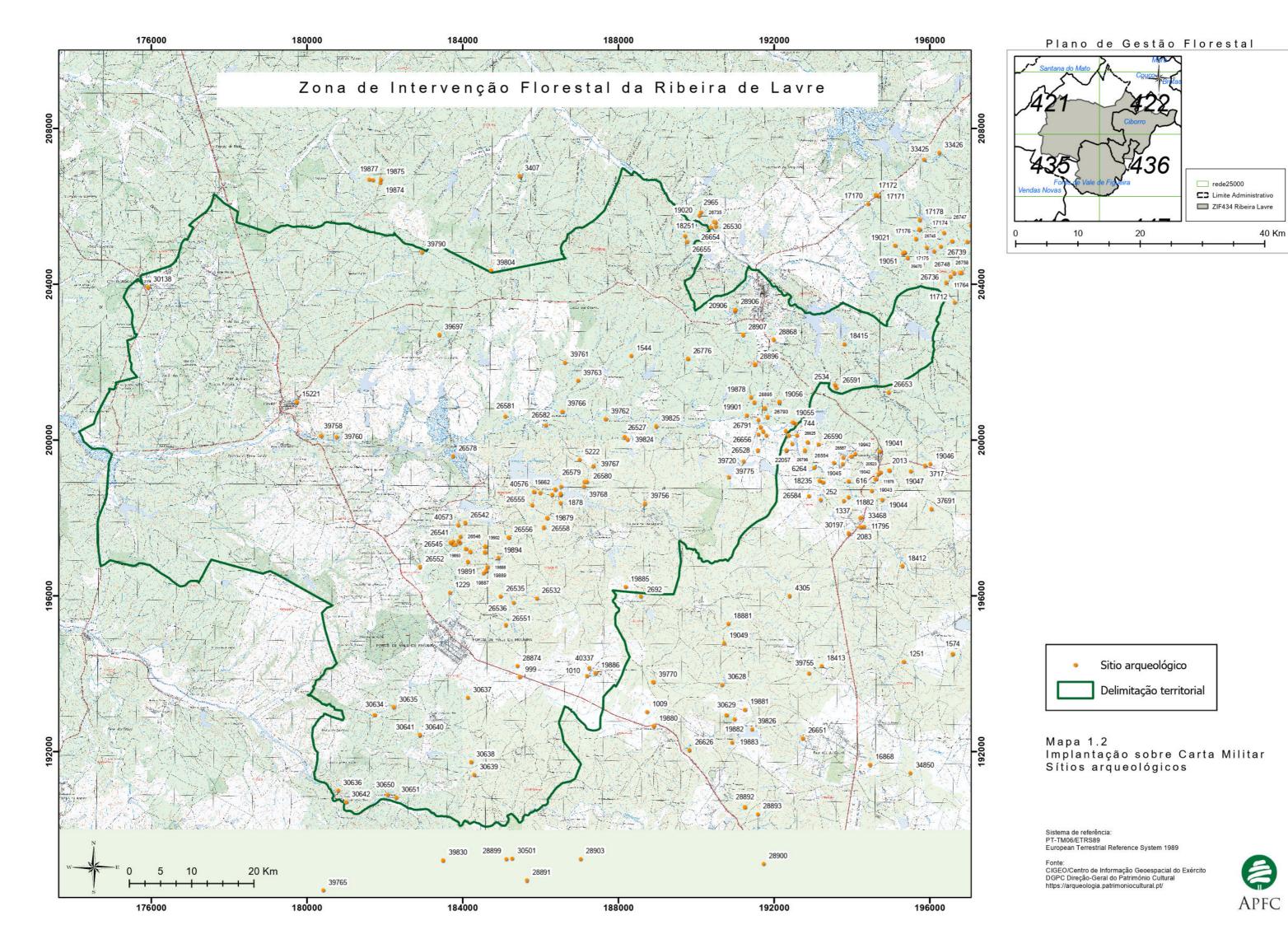
Caso se justifique, ao fim de 5 anos é feito um novo plano, baseado no presente e nas previsões a curto e longo-prazo. Caso contrário será sujeito a revisões decenais e tendo em conta novos dados que possam, entretanto, surgir.

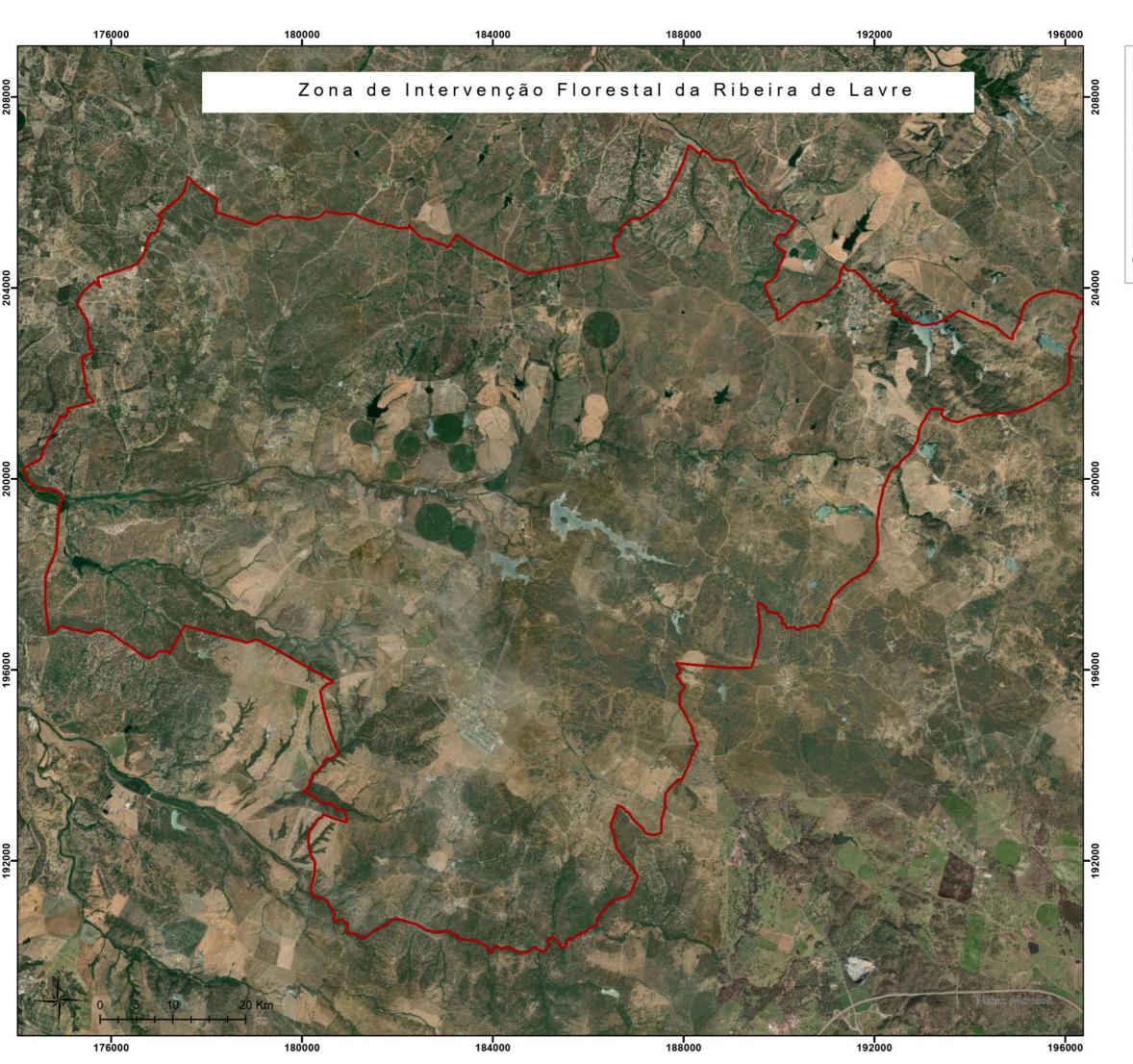
D. ANEXO CARTOGRÁFICO

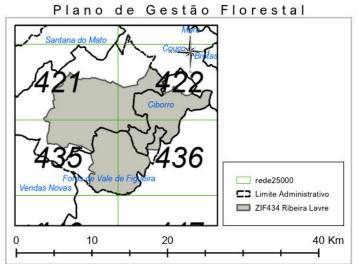
- Mapa 1: Delimitação territorial sobre Carta Militar
- Mapa 1.1: Implantação sobre Carta Militar de propriedades aderentes
- Mapa 1.2: Implantação sobre Carta Militar de sítios arqueológicos
- Mapa 2: Delimitação territorial sobre fotografia aérea
- Mapa 3: Delimitação territorial sobre MDT
- Mapa 4: Zonas Sensíveis à Erosão
- Mapa 5: Carta de Solo (CNRO/SROA)
- Mapa 6: Carta de Características-diagnóstico
- Mapa 7: Uso do solo
- Mapa 8: Estratos Florestais
- Mapa 9: Perigosidade de Incêndio Florestal
- Mapa 10: Condicionantes: Corredor Ecológico, REN e Perímetro de Rega
- Mapa 11: FEGC Faixas Estratégicas de Gestão de Combustíveis
- Mapa 12: Infraestruturas DFCI: Rede viária, Rede elétrica e Pontos de água
- Mapa 13: Síntese das funcionalidades
- Mapa 13A: Parcelas de intervenção funcionalidade Produção (PD)
- Mapa 13B: Parcelas de intervenção funcionalidade Silvopastorícia e Caça (SP)
- Mapa 13C: Parcelas de intervenção funcionalidade Proteção (PT)











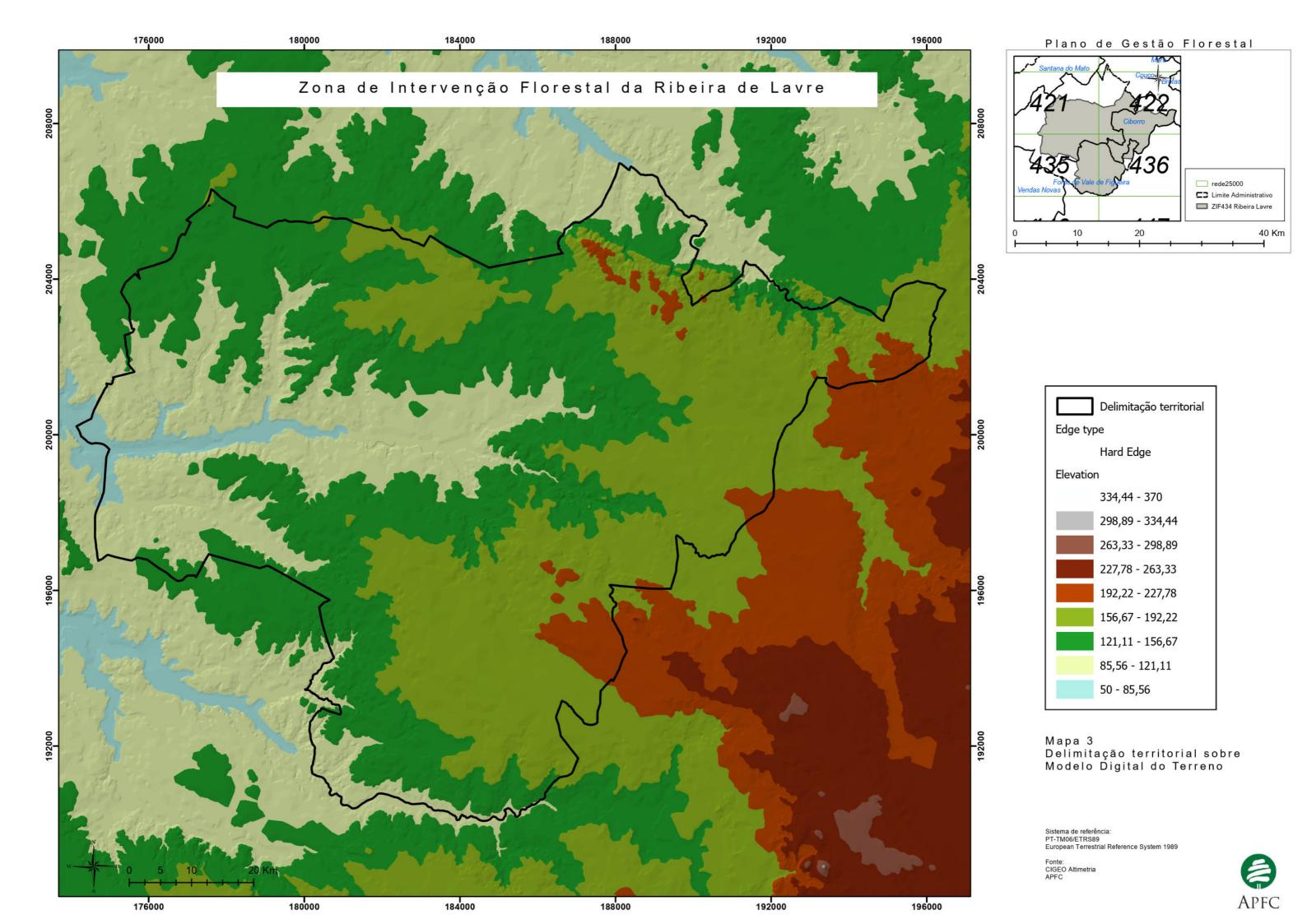
Delimitação territorial

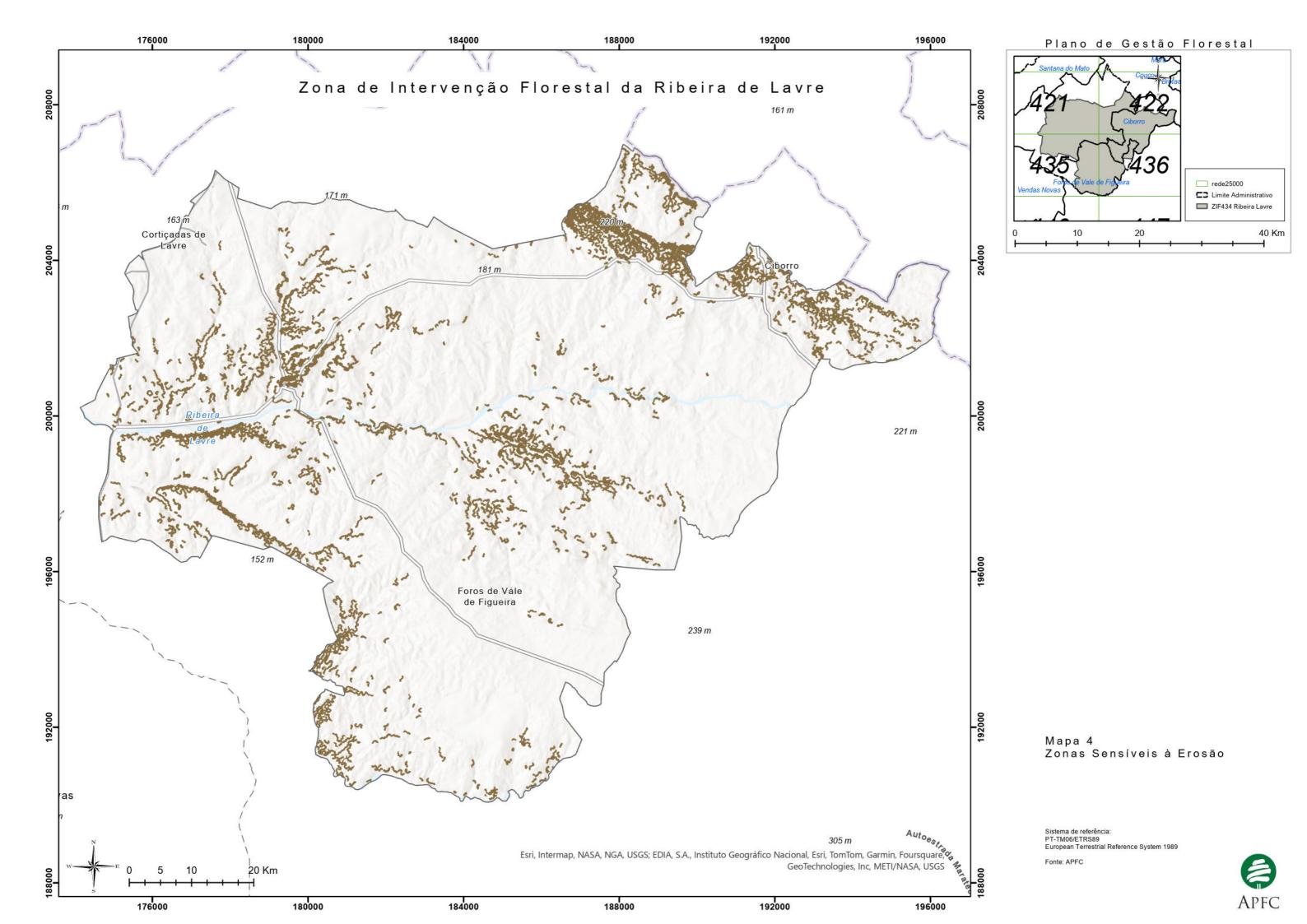
Mapa 2 Delimitação territorial sobre fotografia aérea

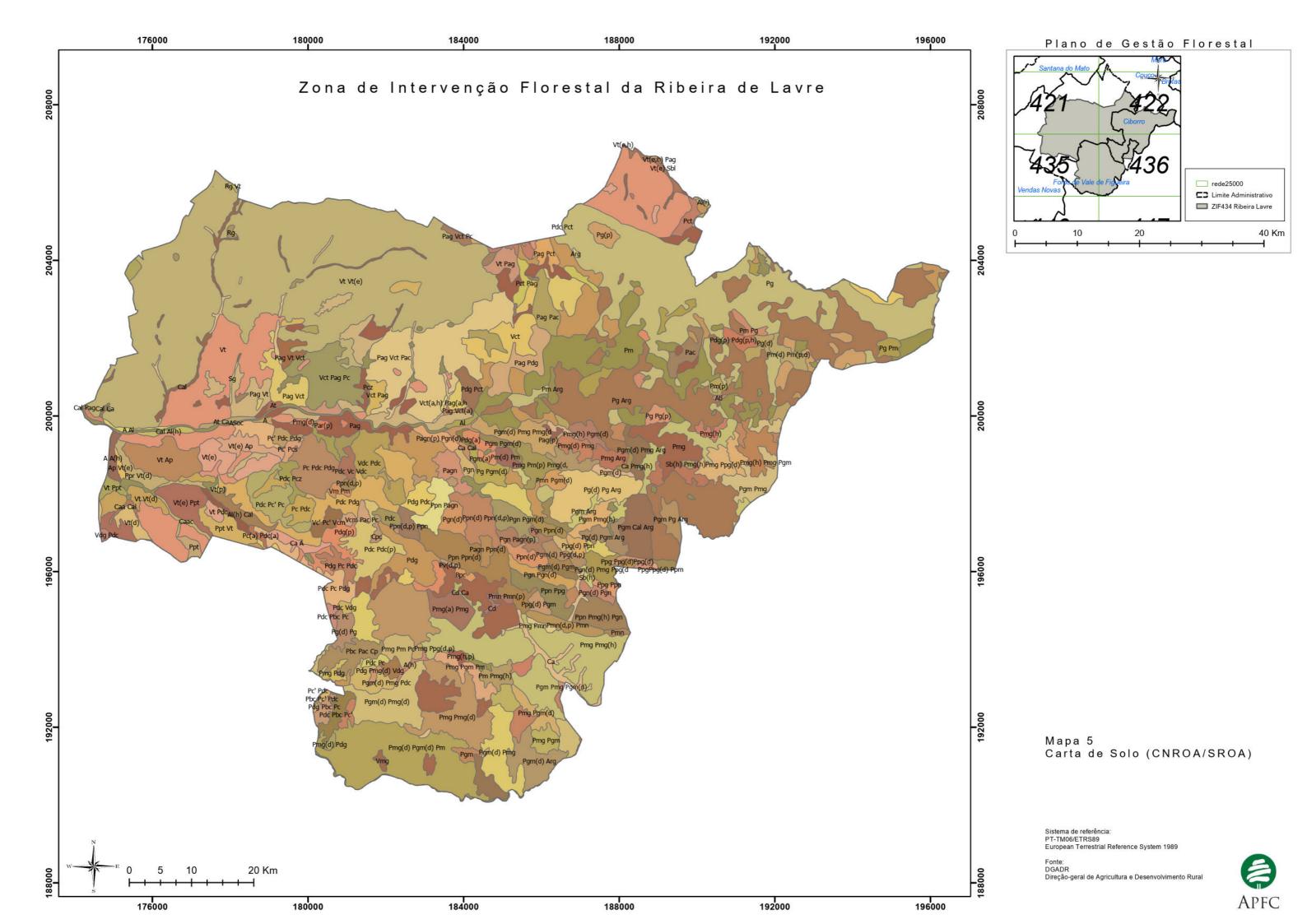
Sistema de referência: PT-TM06/ETRS89 European Terrestrial Reference System 1989

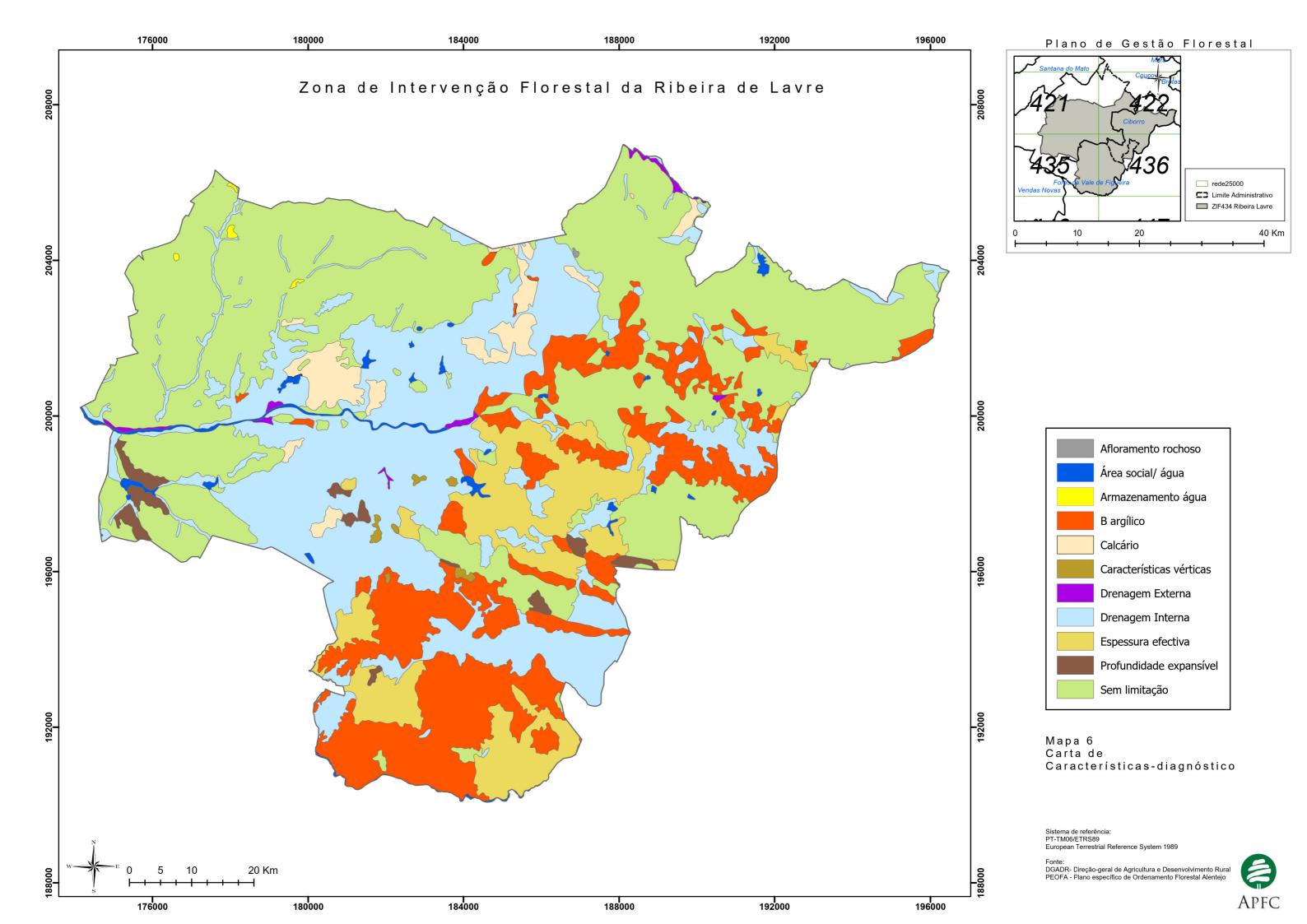
Fonte: ESRI basemap

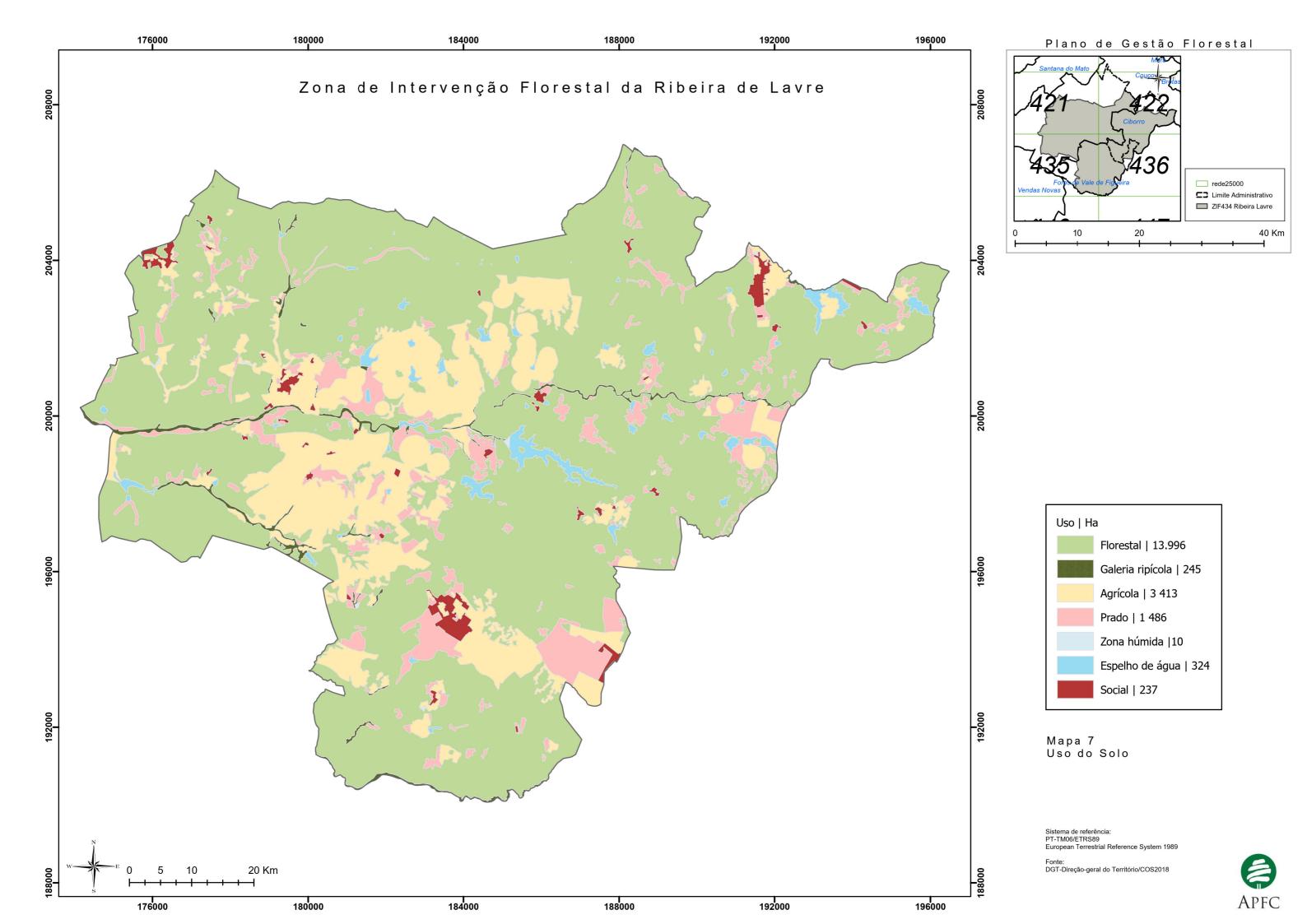


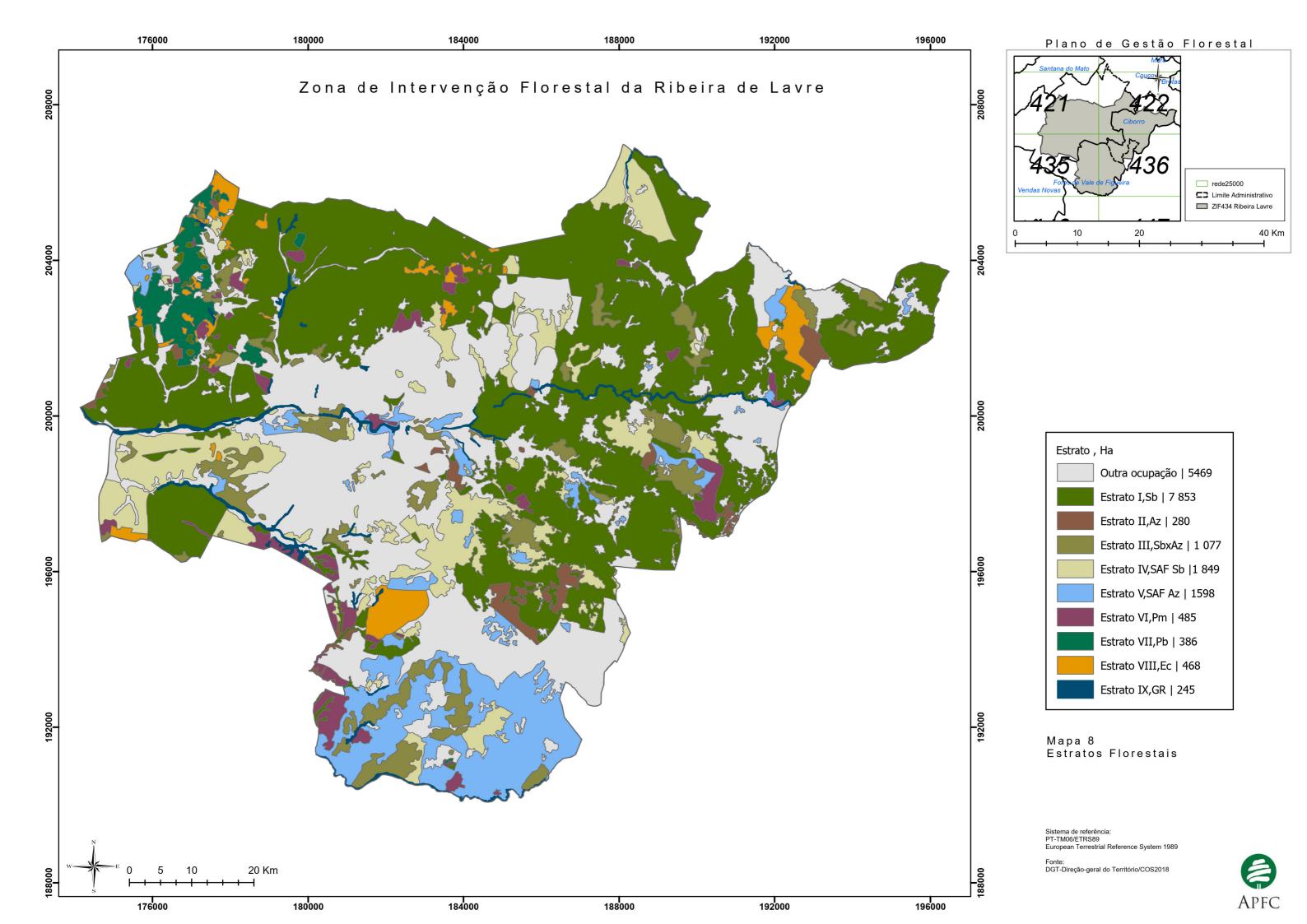


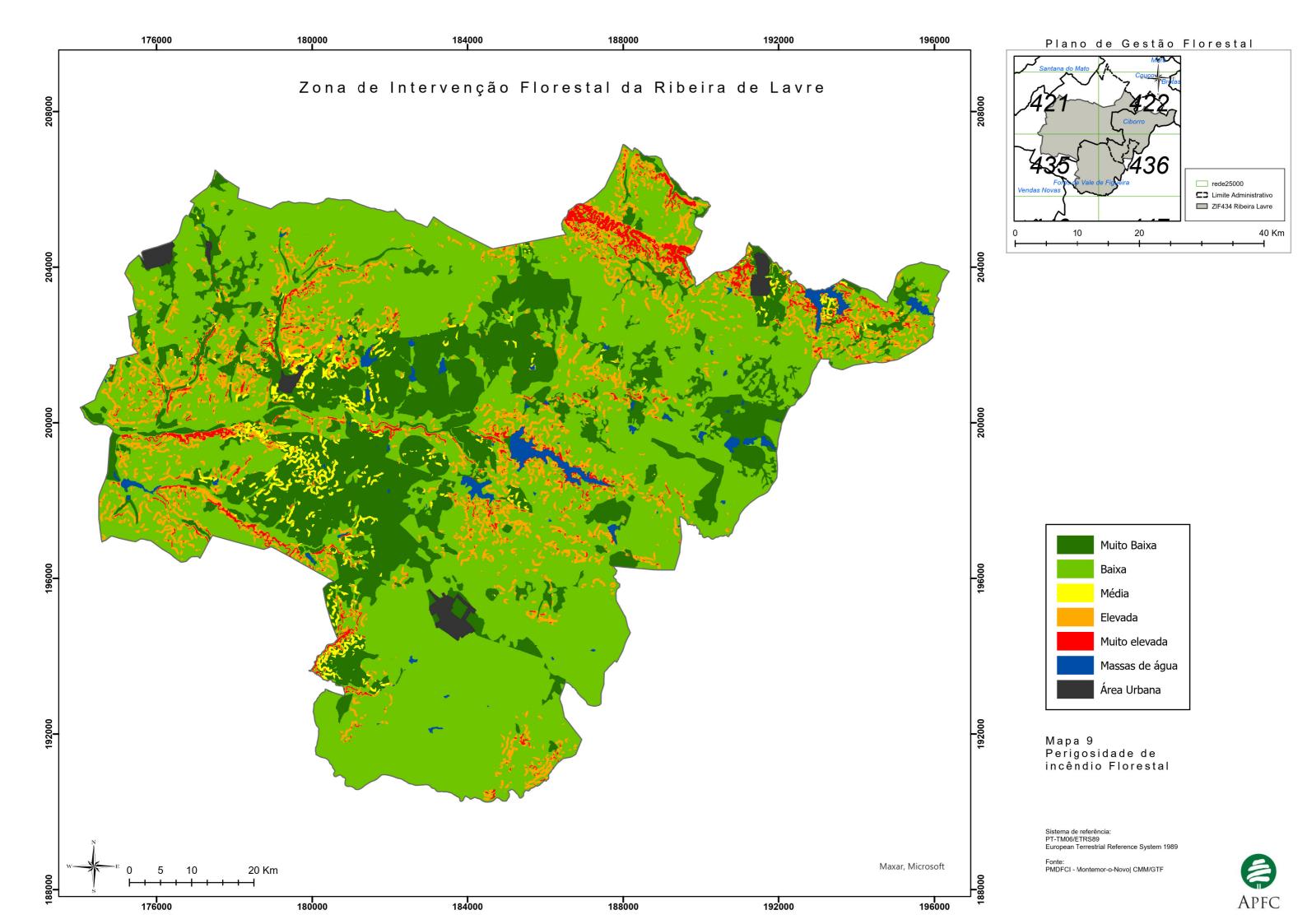


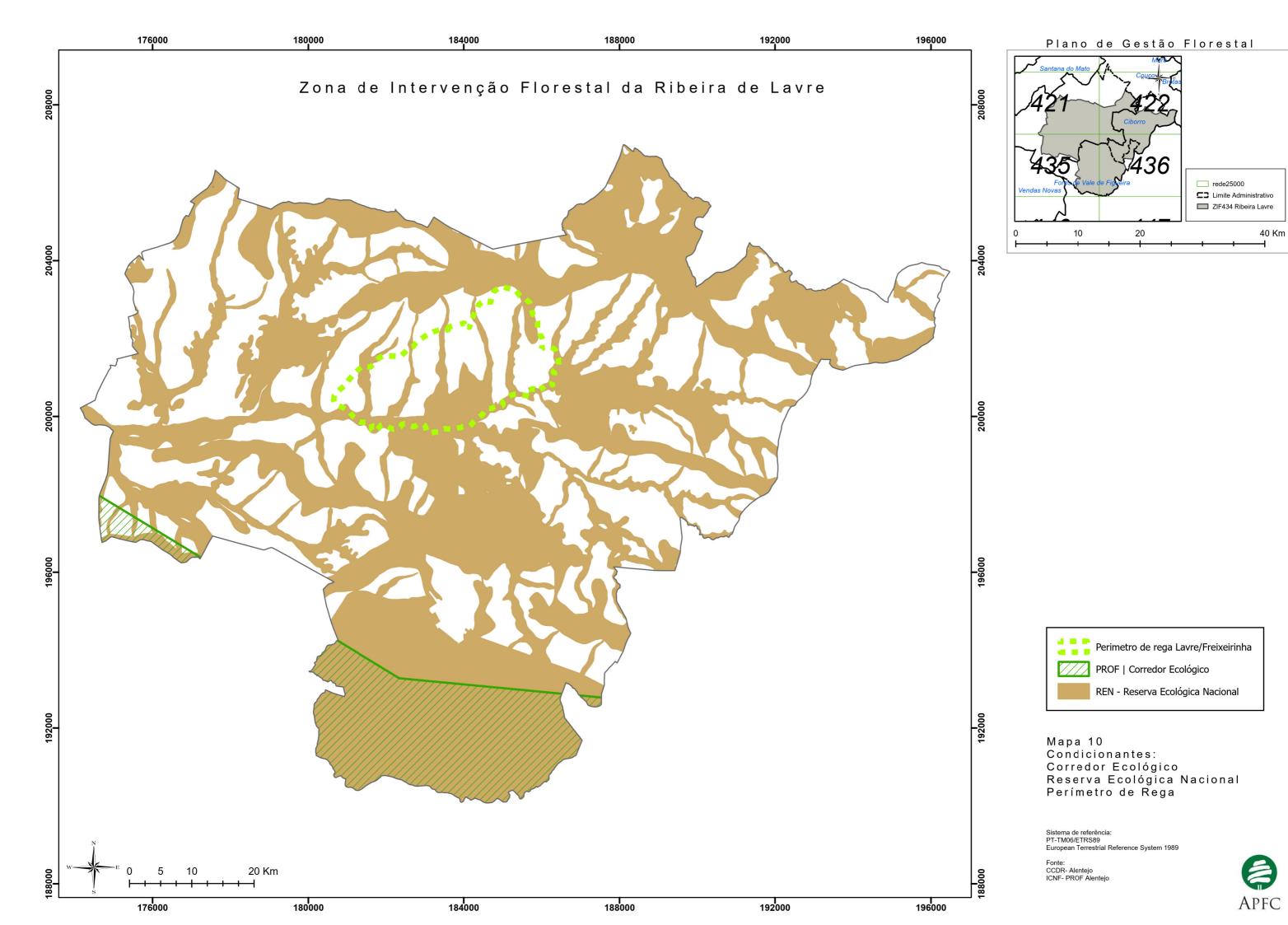


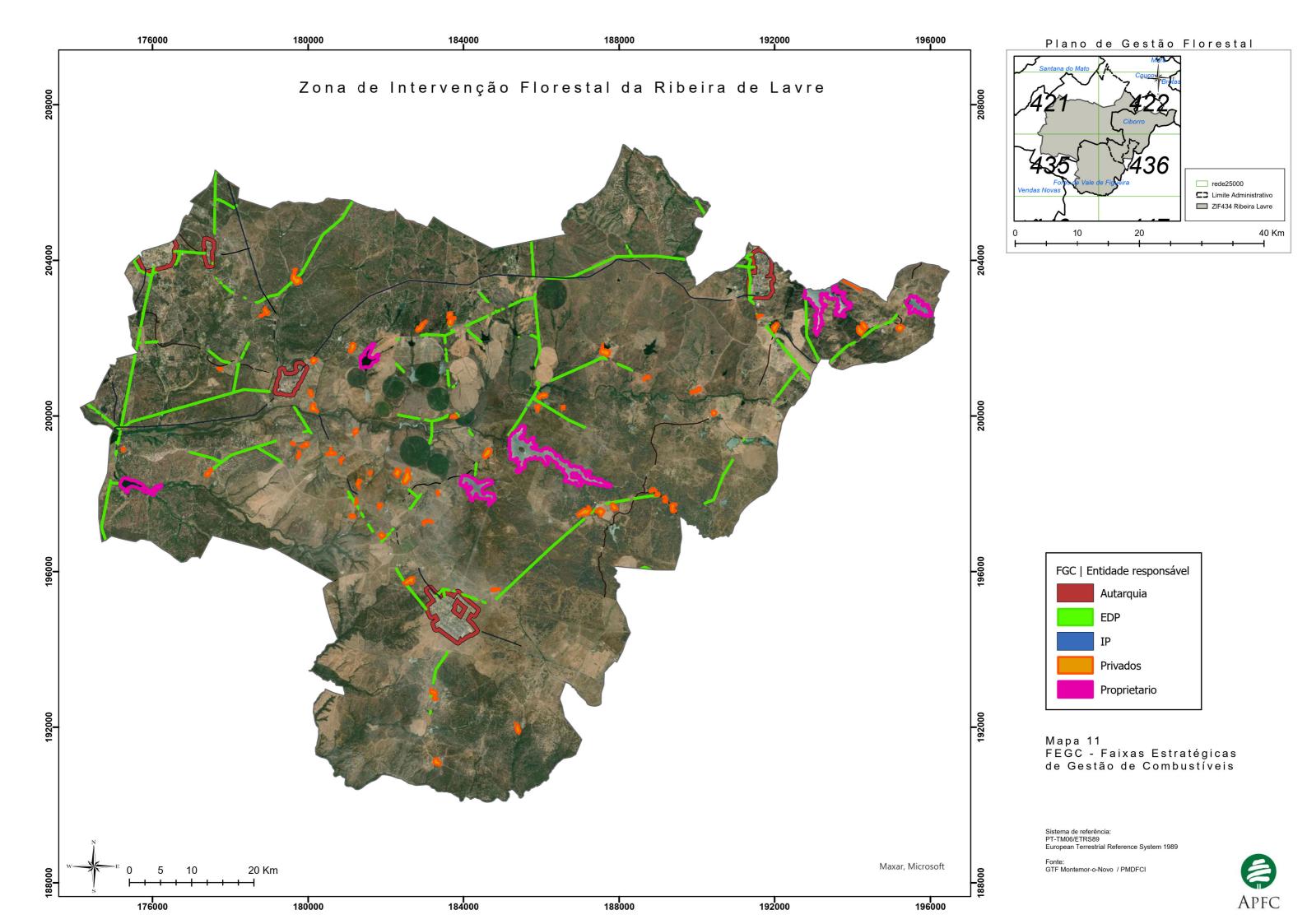


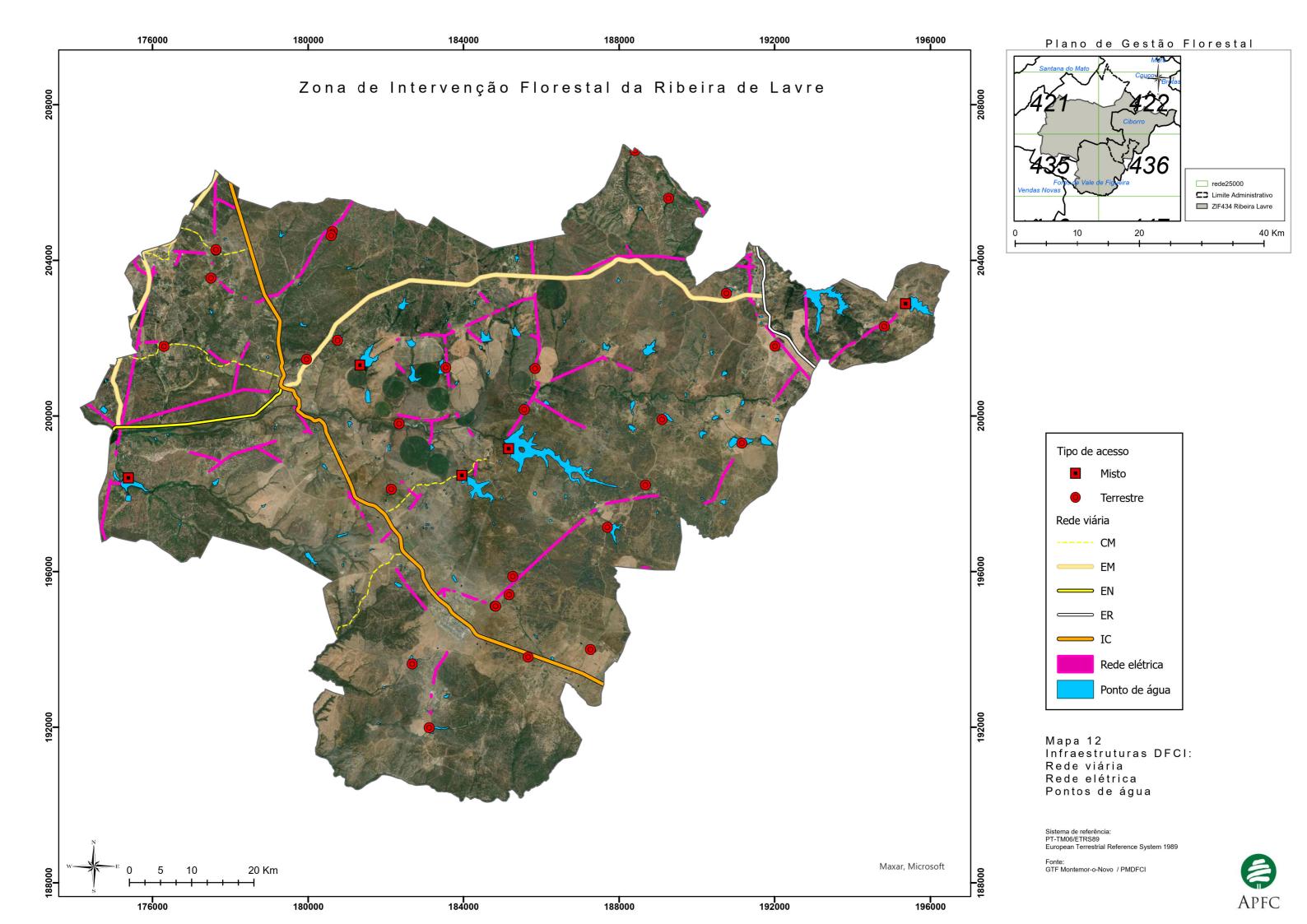


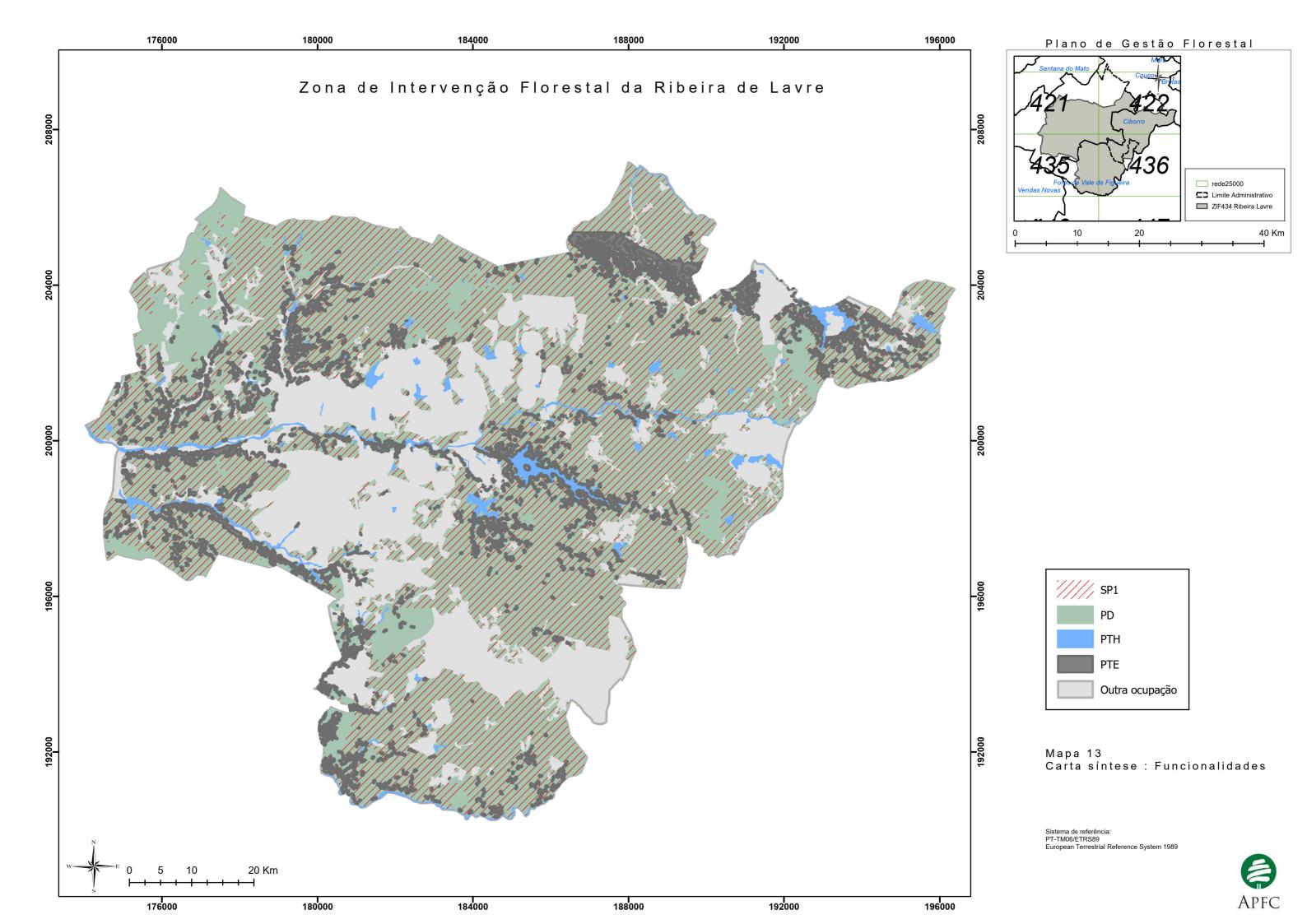


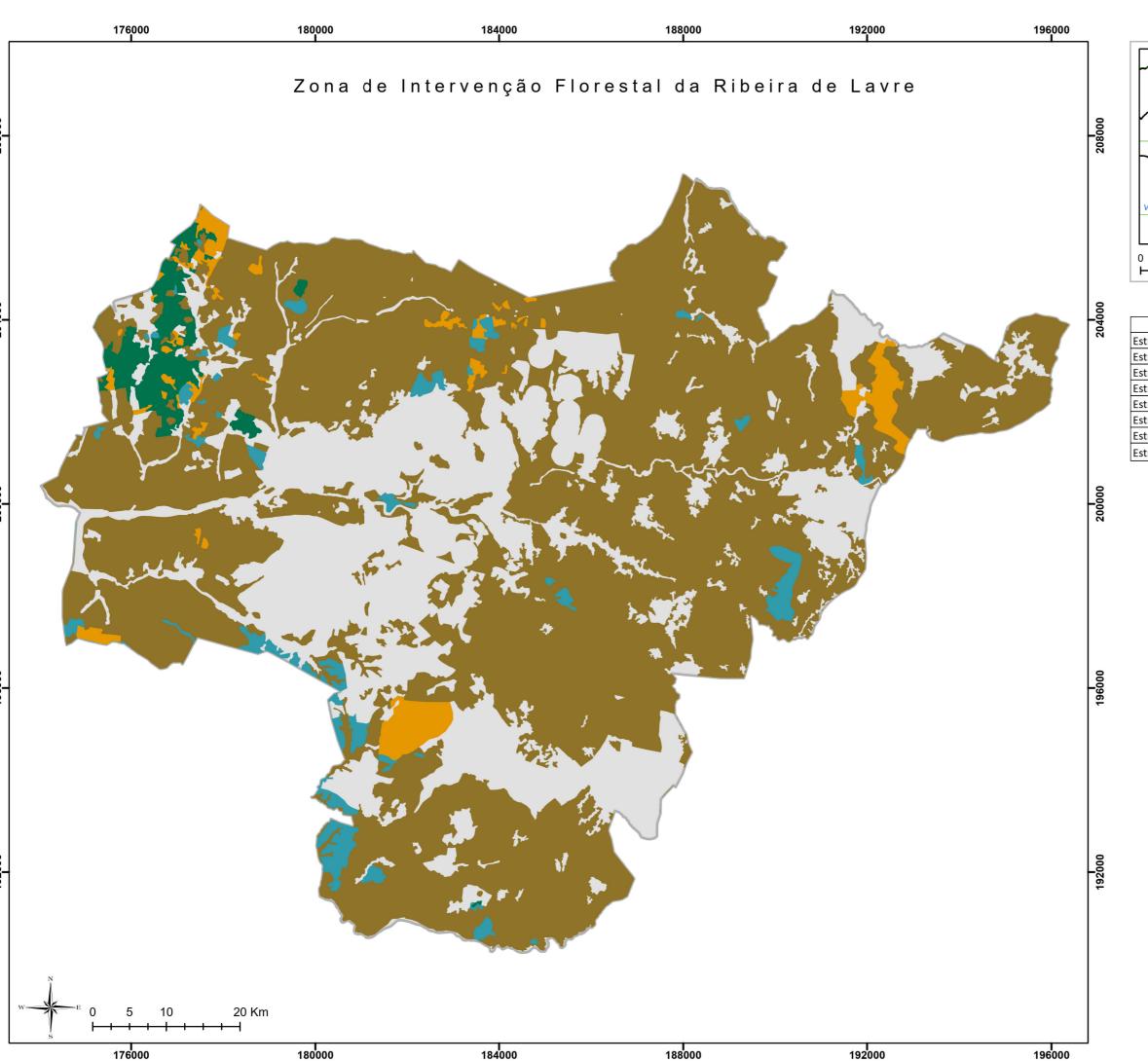


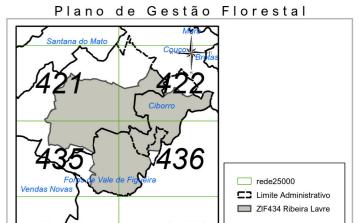








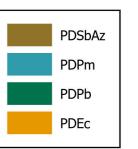




Estrato Produção	PTE	código PROF	Área (Ha)
Estrato I: Sb			7 853
Estrato II: Az			280
Estrato III: SbxAz	PDSbAz	PD2	1 077
Estrato IV: SAF Sb			1 849
Estrato V: SAF Az			1 598
Estrato VI: Pm	PDPm	PD4/PD41	485
Estrato VII: Pb	PDPb	PD1/PD5	386
Estrato VIII: Ec	PDEc	PD1/PD11	468

20

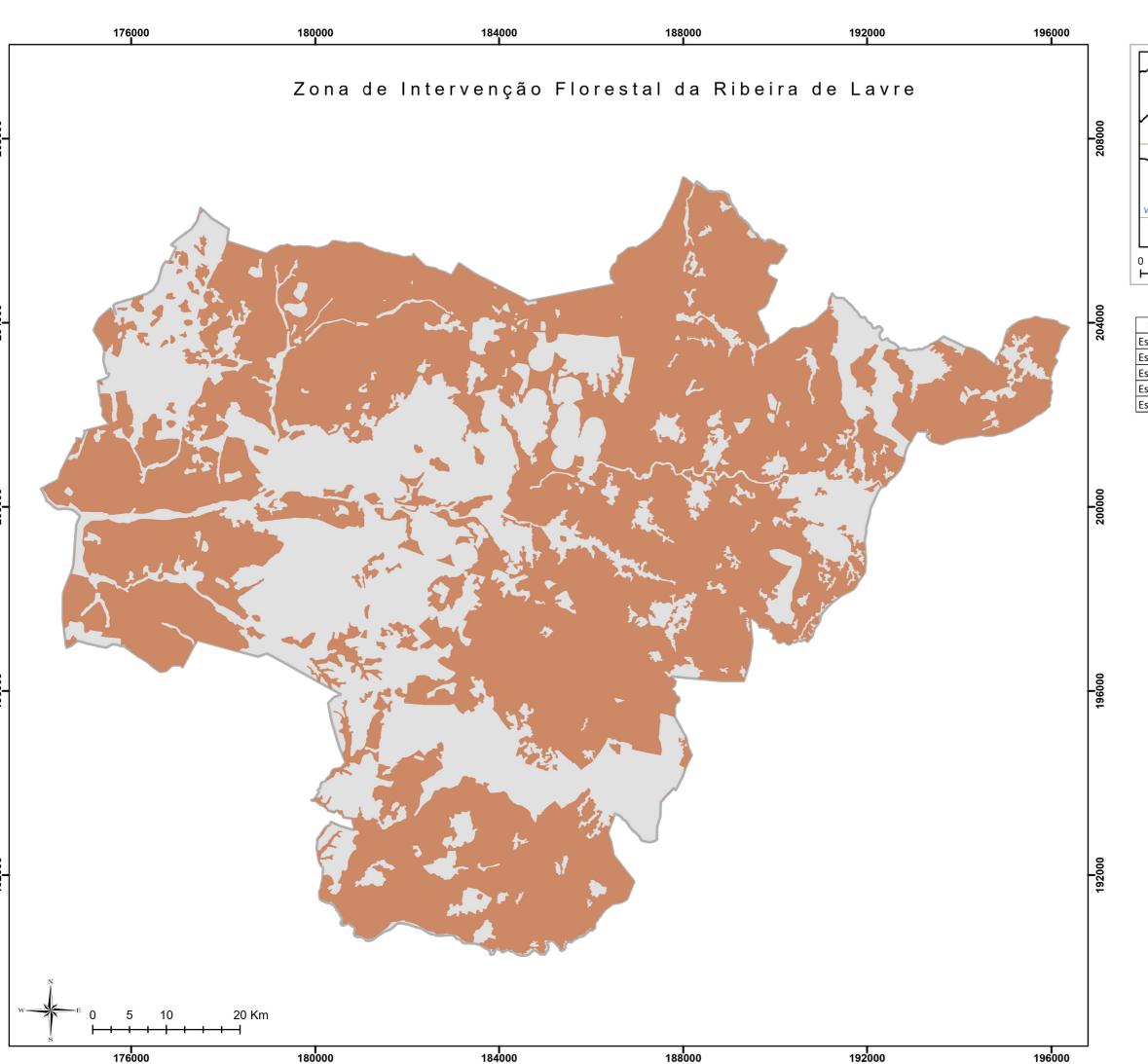
40 Km



Mapa 13A Parcelas de intervenção Funcionalidade: Produção - PD

Sistema de referência: PT-TM06/ETRS89 European Terrestrial Reference System 1989







rede25000

Limite Administrativo

ZIF434 Ribeira Lavre

40 Km

Estrato Silvopast. Caça	SP CC	código PROF	Área (Ha)
Estrato I: Sb			7 853
Estrato II: Az	SP1 SIL2/SILV2		280
Estrato III: SbxAz		SIL2/SILV21	1 077
Estrato IV: SAF Sb			1 849
Estrato V: SAF Az			1 598

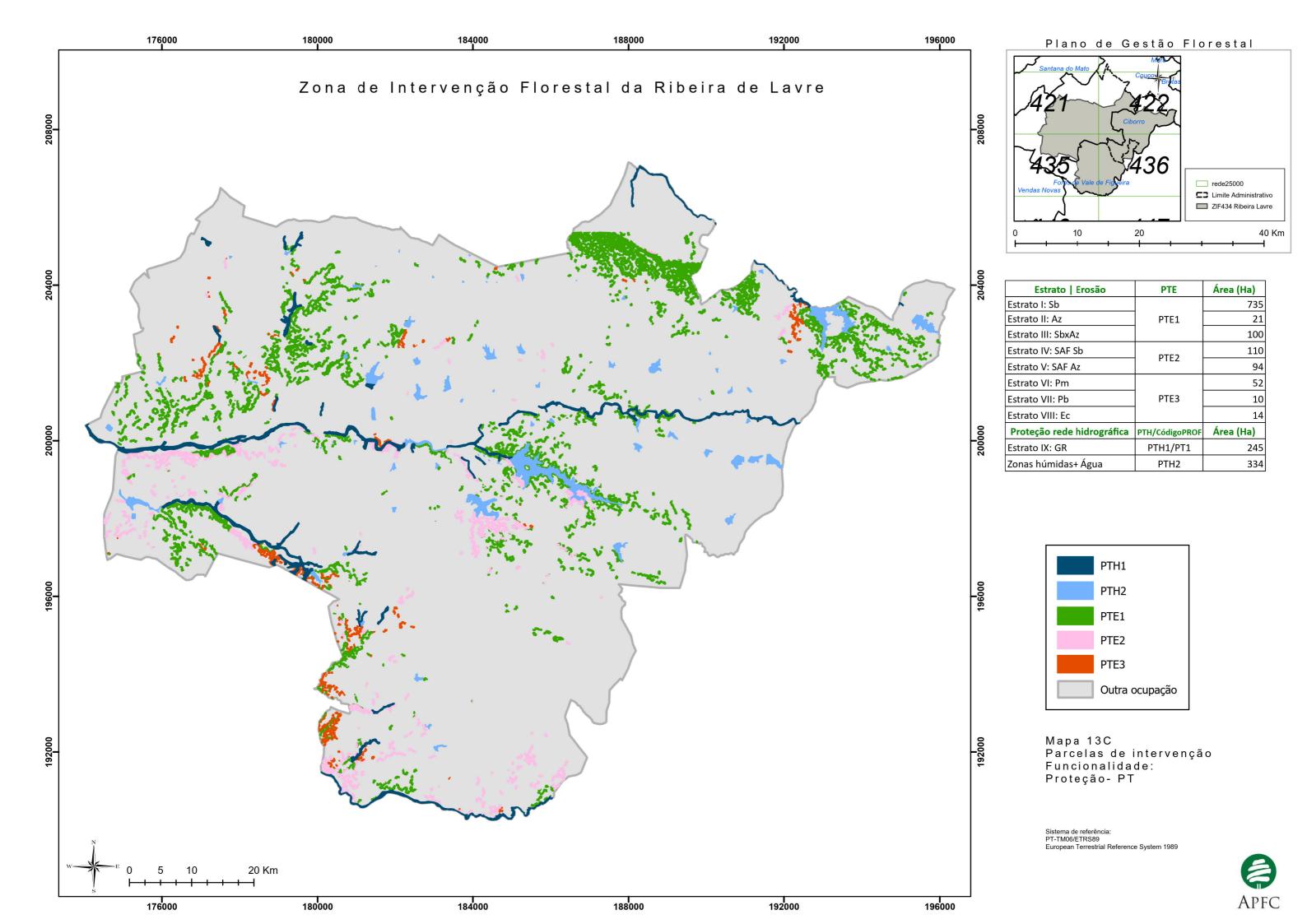
20



Mapa 13B Parcelas de intervenção Funcionalidade: Silvopastorícia e Caça - SP/CC

Sistema de referência: PT-TM06/ETRS89 European Terrestrial Reference System 1989





E. ANEXO

Anexo I – Zonas de Caça Associativa, Municipal e Turística

Anexo II – Sítios arqueológicos

Anexo I - ZONAS DE CAÇA Associativa, Municipal e Turística

TIPOLOGIA	REF.	DESIGNAÇÃO
	4	H. Abrunheira, Paço de Aragão e Outras
	99	H. do Meio e de Cima
	464	Pitamariças de Baixo e da Serra
	1335	Barrocal e Fonte de Portas
	6343	Santa Comba
	976	Espadaneira e Hospitais
	1030	Esteveira e Anexas
ZCA	1304	H. Vale Lama E Monte Frades De Cima
	1411	Foros de Vale Figueira
	2108	H. Simarros
	6951	H. da Caneira
	6276	Herdade dos Simarros Zona II
	6550	Herdade do Paio e Anexas
	7129	Herdade do Barrocal das Freiras
	7174	Herdade Zambujeira de Baixo
ZCM	4930	Lavre III
ZCIVI	4950	Lavre II
	5097	Foros de Vale Figueira
	259	H. Baixo e Outras
	687	Vidigal
	714	H. Pitamariça de Cima
	1105	Freixo do Meio
	4360	Herdade do Rosal e Outras
	4489	Herdade de Garcia
	4492	Herdade do Pedrogão
ZCT	4501	Herdades de Arneiros e Canas
201	4637	Espinheira
	5654	H. do Pinheiro e Cavaleiro
	5971	Serra E Amendoeira
	6463	Godeal
	6591	H. Vale do Porco
	6813	Herdade do Deserto
	6916	Herdade das Barrosas
	7171	Herdade do Barrocal de Baixo
	1105	Freixo do Meio

				led.	Ow
		REGUESIA	OS	<u>.</u>	AC AC
		30.6	8	ا م	<u>ଅ</u> <u>២</u>
CNS	J.R.	Ä	Ä.	<u>.e</u>	DESI
	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2283432	<u> </u>	Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Barrocal das Freiras 7
$\overline{}$	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2625010		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Barrocal das Freiras 6
$\overline{}$	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2624989		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Barrocal das Freiras 9
	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=48245		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Barrocal das Freiras 3 / Anta 1 do Foro
$\overline{}$	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2625026		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Barrocal das Freiras 5
	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2625132		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Barrocal das Freiras 1
15662	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=161846		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Barrocal das Freiras 2 / Anta 2 do Foro
26562	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2625050		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Barrocal das Freiras 4
26528	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2624499		Romano; Medieval Cristão;	Habitat	Monte do Montinho 1
26527	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2624469		Romano;	Habitat	Monte dos Valenças/Curral do Castelo
26803	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2628448		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Anta D do Paço
744	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=55719		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Anta 1 do Paço / Anta A do Paço
19055	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2204364		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Anta 2 do Paço / Anta B do Paço
26793	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2628377		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen/sepultura	Casas de Baixo 3
19878	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2283418		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Anta Perto da Extrema do Paço com Herdade Cima
26791	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2628355		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Casas de Baixo 2
28894	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2677594		Neolítico Antigo;	Povoado	Monte do Paço 1
28895	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2677597		Neo-Calcolítico;	Achado(s) Isolado(s)	Monte do Paço 2
$\overline{}$	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2204367		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen/Mamoa	Anta 3 do Paço
	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2625441		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Anta de Vale Cancelas
	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=50213		Neo-Calcolítico;	Menir	Vale de Cancelas
$\overline{}$	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2628220		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Anta da Herdade de Cima
$\overline{}$	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2677600		Neo-Calcolítico;	Achado(s) Isolado(s)	Murteira
$\overline{}$	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=48834		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Herdade de Baixo 1
-	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2186085		Indeterminado;	Achado(s) Isolado(s)	Fonte dos Uivos
	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2677201		Calcolítico;	Povoado	Abrunheira
$\overline{}$	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2677635		Neo-Calcolítico;	Povoado	Zambujeira 2
	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2377511		Medieval Cristão;	Indeterminado	Passal 2
	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2677632		Neolítico Final;	Povoado	Zambujeira 1
$\overline{}$	https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2283986		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Casas de Baixo 1
-	https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=3597034		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Castelo
-	https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=3599576		Neo-Calcolítico:	Anta/Dólmen	Sepulturas da Freixeirinha Anta 1ª da Herdade de Baixo
$\overline{}$	https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=3599653		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Anta da Herdade de Baixo Anta da Herdade de Baixo
	https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=3599673		Neo-Calcolítico; Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen Anta/Dólmen	Anta 1ª da Lobeira de Baixo
$\overline{}$	https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=3599808 https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=3600560		Neo-Calcolítico;	Anta/Dolmen Anta/Dolmen	Anta 1º da Lobeira de Baixo Anta 1º do Zambujeiro
$\overline{}$	https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=3600560		Neo-Calcolítico;	Anta/Dolmen	Zambujeiro / Anta 2ª do Zambujeiro
$\overline{}$	https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=46368 https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=3600522		Neo-Calcolítico;	Anta/Dolmen	Anta C do Paço
	https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=3601826		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Anta das Valenças
	https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=3601957		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Anta 3º do Zambujeiro
-	https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2626599		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Zambujeiro 4
$\overline{}$	https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=3601831		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Anta do Monte das Valenças
$\overline{}$	https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=3680355	orro	Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Barrocal das Freiras 10
-	https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=3680359	Ciborro	Neo-Calcolítico;	Menir	Menir do Barrocal das Freiras / Barrocal das Freiras 11
$\overline{}$	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2625274		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Lobeira de Cima 1
				,	

		∢	'0	cipal	OAO.
		REGUESIA	sogoi	ri.	NA NA
SNS	R	REGI	ERIC	o <mark>d</mark>	DESIG
	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2625284	ш.	Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Lobeira de Cima 2
	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=51794		Idade do Bronze;	Necrópole	Cistas da Herdade da Lobeira
	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2625260		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Salto do Lobo
26582	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2625315		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Anta do Rouco
26581	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2625297		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Lobeira de Baixo 3
15221	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=152297		Medieval Cristão;	Castelo	Castelo do Outeiro / Carrilhas / Lavre
30138	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2737558		Romano;	Fonte	Cortiçadas de Lavre - Fonte
26655	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2626591		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Anta do Cabeço da Areia
18251	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2185913		Neo-Calcolítico;	Menir	Menir do Chapelar
	https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=3594015	a	Idade do Bronze;Neo-Calcolítico;	Cromeleque	Arneiro dos Pinhais
	https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=3599591	Cortiçadas de Lavre e Lavre	Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Anta 1ª do Garcia
	https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=3599618	e l	Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Anta 2ª do Garcia
	https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=3599660	avre	Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Anta 2ª da Herdade de Baixo
	https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=3599816	le Li	Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Anta 2ª da Lobeira de Baixo
	https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=3599862	as d	Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Anta 3ª da Lobeira de Cima
	https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=3600997	çad	Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Anta do Pego da Regina
	https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=3601008	orti	Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Anta do Pimpolho
39804	https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=3601395	٥	Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Anta do Tanque do Romão
30642	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2771619		Indeterminado;	Mancha de Ocupação	Freixo do Meio 15
	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2772470		Indeterminado;	Mancha de Ocupação	Freixo do Meio 17
$\overline{}$	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2772459		Medieval Cristão; Moderno;	Mancha de Ocupação	Freixo do Meio 16
30636	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2771536		Calcolítico; Idade do Bronze; Idade do Fe	Povoado Fortificado	Povoado dos Castelos Velhos
30639	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2771589		Indeterminado;	Achado(s) Isolado(s)	Freixo do Meio 10
30638	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2771582		Neolítico;	Mancha de Ocupação	Freixo do Meio 9
30640	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2771596		Medieval Cristão; Moderno;	Vestígios Diversos	Freixo do Meio 13
	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2771604		Moderno; Medieval Cristão;	Vestígios Diversos	Freixo do Meio 14
30634	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2771295		Indeterminado;	Vestígios de Superfície	Freixo do Meio 2
	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2771323		Neolítico;	Habitat	Freixo do Meio 3
	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2771571	ira	Indeterminado;	Mancha de Ocupação	Freixo do Meio 7
	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2283593	gue	Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Amendoeira 2
	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=48943	Foros de Vale de Figueira	Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Espragal
1010	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=48971	e q	Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Amendoeira 1
	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2677297	Val	Neo-Calcolítico;	Povoado	Campo do Espragal
	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2624909	de ;	Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Monte do Deserto 9
	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2624716	oros	Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Monte do Deserto 20
26535	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2624702	Ĭ.	Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Monte do Deserto 21

				=	
		∢	φ.	ci Da	O _Y
		REGUESIA	Ö	Prin Prin	SIGNACAO
CNS	교	EGL	No.		86
_ ປົ	ä	E	- BE	Ë	Ö
26532	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2624679		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Monte do Deserto 22
19887	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2283604		Indeterminado;	Anta/Dólmen	Monte do Deserto 19
26550	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2624897		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Monte do Deserto 10
26552	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2624922		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Monte do Deserto 6
19889	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2283625		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Monte do Deserto 3
19888	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2283616		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Monte do Deserto 2
	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2283669		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Monte do Deserto 8
	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2283663		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Monte do Deserto 23
	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2283676		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Monte do Deserto 17
_	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2283651		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Monte do Deserto 7
	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2283641		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Monte do Deserto 4
	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2284000		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Monte do Deserto
	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2624928		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Monte do Deserto 5
	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2624874		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Monte do Deserto 13
_	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2624811		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Monte do Deserto 18
	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2624864		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Monte do Deserto 14
	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2624857		Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Monte do Deserto 15
	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2624888	<u>ra</u>	Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Monte do Deserto 11
	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2624879	gue	Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Monte do Deserto 12
	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2624996	e E	Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Barrocal das Freiras 8
	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2624828	e d	Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Monte do Deserto 16
	https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=47978	Va	Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Monte do Deserto 1
	https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=3661982	de	Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Amendoeira 3
	https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=3680326	Foros de Vale de Figueira	Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Monte do Deserto 25
40573	https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=3680312	7	Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Monte do Deserto 26
		e Silveiras			
19885	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2283578	Sil	Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Atalaia 2
15005	map.jj arque argumento in occurrant un pri mae expripi sua - strose assussa - 22005 to	S. Vila, N.S. do Bispo e	neo caremeto,	, may be men	
26779	http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2628255	ż	Neo-Calcolítico;	Anta/Dólmen	Anta Pequena do Moinho da Tapada